



Indicadores Econômicos e Setoriais da Indústria

Edição
Dezembro/2015



Manaus - Amazonas

CENTRO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO AMAZONAS - CIEAM

PRESIDENTE

Wilson Luis Buzato Périco

DIRETOR EXECUTIVO

João Ronaldo Melo Mota

CONSELHO SUPERIOR

Membros Efetivos

*Amauri Carlos Blanco
Antônio Carlos da Silva
Antonio Maria Dos S. Da Silva Azevedo
Antonio Maria Ribeiro Baía
Armando Ennes Valle
Celso Piacentini
César Ueda
Everaldo Pereira Santos
Fernando Pellicano
Jeanete Viana Portela
João Batista Coelho Mezari
Joaquim Libório Dos Santos
Jório De Albuquerque Veiga Filho
Jucelito Romagna Grasso
Lúcio Flávio Moraes De Oliveira
Luiz Augusto Barreto Rocha
Mário Susumu Okubo
Matheus San Martin
Maurício Elísio Martins Loureiro
Moacir Cavalcanti
Nelson Azevedo Dos Santos
Paulo De Tarso Sandrini
Ricardo Novelletto
Roberto Rezende Campos
Ronaldo Gerdes Junior*

CONSELHO SUPERIOR

Membros Suplentes

*Carlos Alberto David F Arat
Celso Ganeko
Edson Jordan Medeiros Da Silva
Euclinger De Oliveira Costa
Eudes Ricardo Moraes Martins
João Miori Filho
José Francisco Lemos Neto
Luis Otávio Cabral Da Silva
Luiz Carvalho Cruz
Marcio Kochem Streng
Marcos Carneiro
Maria Da Conceição Silva Costa
Rildo De Oliveira Da Silva
Sergius Bader
Sidney Brito*

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

*Fernanda Okada
Kelly Sampaio
Mario Agostino Cenni Jr.*

CONSELHO FISCAL

Membros Suplentes

*Amilton Cestari
Átila Acnaton Pires Valadares
Eduardo Machado de Lemos*



CENTRO DA INDÚSTRIA DO
ESTADO DO AMAZONAS

DEZEMBRO/2015

MANAUS - AMAZONAS



CIEAM

Centro da Indústria do
Estado do Amazonas
Endereço: R. Acre, 26 -
Nossa Sra. das Graças,
Manaus - AM, 69053-130

Telefone: (92) 3584-3661

www.cieam.com.br

SUMÁRIO

I - Palavra do Presidente do CIEAM	Pag 06
II - Panorama: Cenário Macroeconômico Brasileiro.....	Pag 07
III - Panorama: Cenário Industrial	Pag 32
IV - Panorama: Cenário Macroeconômico do Amazonas.....	Pag 40
V - Panorama: Cenário Energia e Logística.....	Pag 58
VI - Comentários Finais.....	Pag 71



I - PALAVRA DO PRESIDENTE



COMPETITIVIDADE DA NOSSA INDÚSTRIA

A atuação do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM) ao longo destes anos teve como foco o incremento da competitividade da nossa indústria regional. Quanto mais competitiva for a nossa indústria, maior será o crescimento e desenvolvimento do nosso Estado, além de mais segurança para desenvolvermos nosso forte trabalho em nosso Pólo Industrial de Manaus.

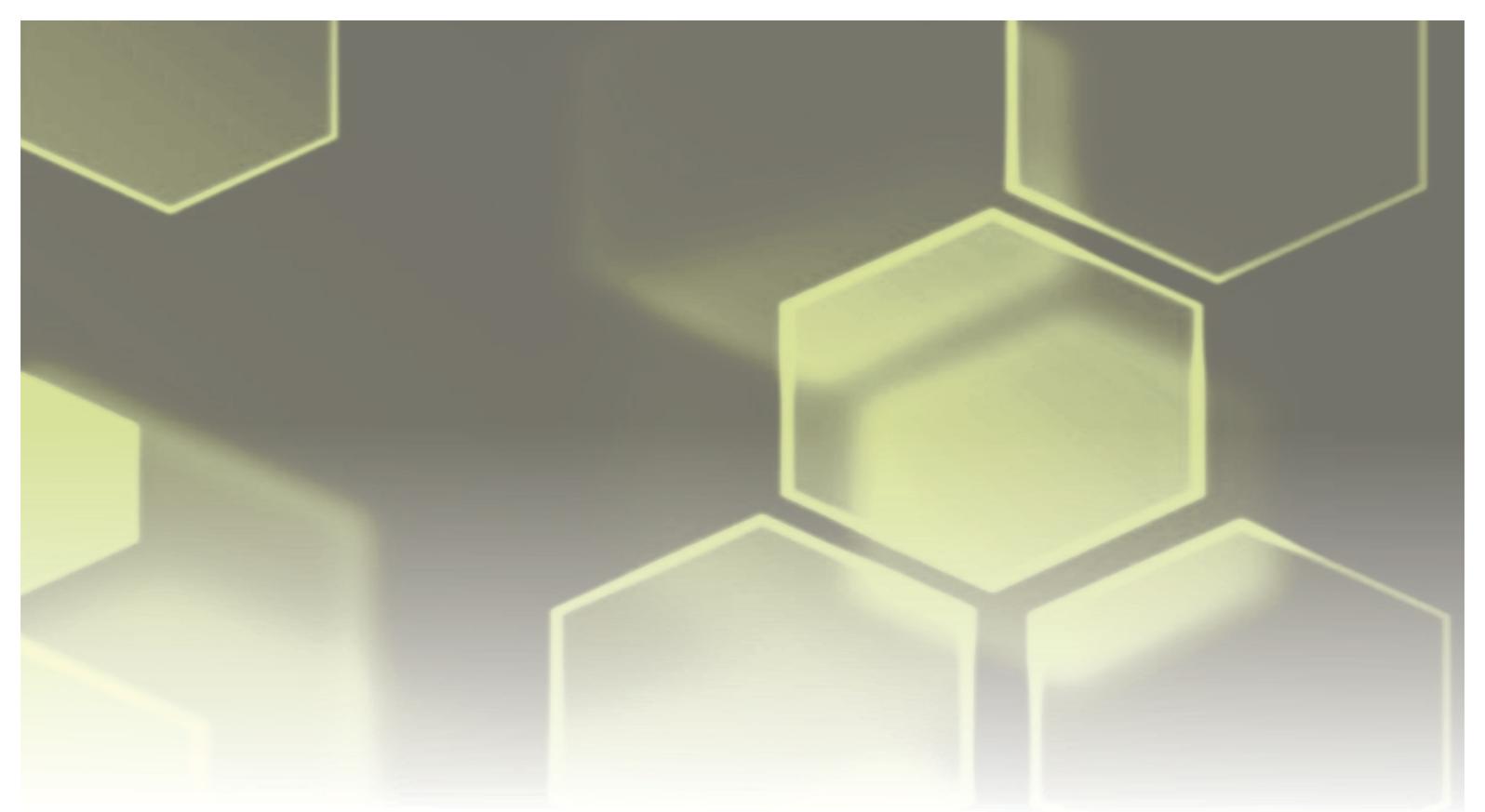
Conhecer a evolução dos indicadores que afetam a indústria de modo geral é fundamental para a construção de políticas e ações que se revertam em melhoria das condições de produção das empresas aqui instaladas.

Para acompanharmos Estes indicadores da economia e da nossa indústria, o Centro da Indústria do Estado do Amazonas - CIEAM preparou o 2o. Caderno de Indicadores Econômicos e Setoriais visando atender aos associados do CIEAM.

Esperamos cada vez mais subsidiar com dados e informações relevantes para a adoção de medidas e estratégias executivas para enfrentar os problemas relacionados ao desempenho da nossa indústria, e sermos cada vez mais competitivos. Além de fortalecer nossas alianças e frentes de trabalho para acompanhar com as partes interessadas deste Estado o reconhecimento e fortalecimento de nosso modelo.

Obrigado!

Wilson Luis Buzato Périco
PRESIDENTE DO CENTRO DA INDÚSTRIA DO
ESTADO DO AMAZONAS (CIEAM)



II - PANORAMA: CENÁRIO MACROECONÔMICO BRASILEIRO



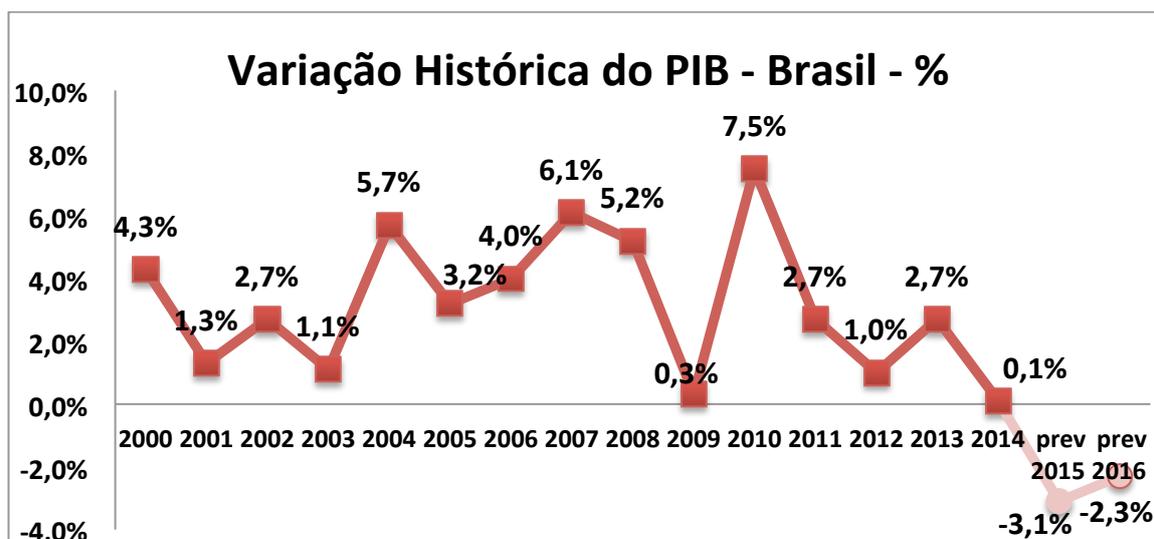
O PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

A soma dos bens e serviços produzidos no país que ficou estagnado em 2014, um resultado de R\$ 5,52 Trilhões representou o mais fraco resultado desde a retração registrada em 2009, em meio à crise global.

Considerando ainda que o cenário mais hostil foi no quarto trimestre de 2014, quando a economia encolheu 0,2% frente ao trimestre do ano anterior.

Em 2015 as previsões mais recentes do Governo Brasileiro atualizam para um recuo na ordem de 3,19% do PIB em 2015 e 2,3% em 2016, conforme gráfico abaixo.

Entretanto, o que se observa é que o mercado prevê uma queda do PIB na ordem média de 3,5% em 2015 e 3,20% em 2016.



Fonte: IBGE Elaboração: MB Consultoria

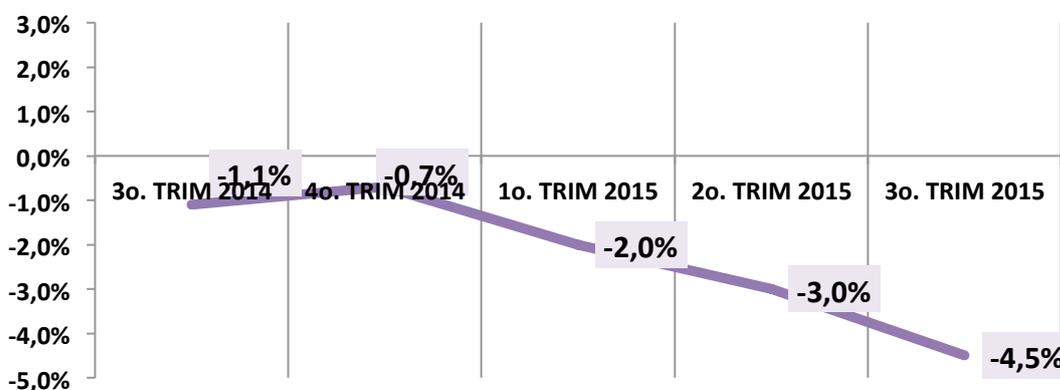
Com a previsão de recuo do PIB em 2015 para 3,20%, este será o pior resultado desde 1990, quando o PIB recuou 4,35%.

O PIB 3o. TRIMESTRE

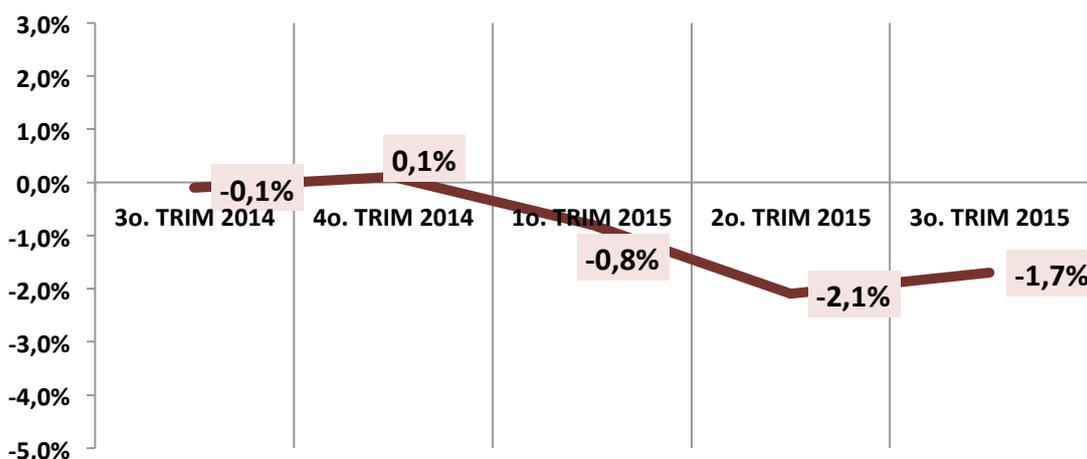
Com recuo até mais acentuado do que o esperado pelo mercado (expectativa de recuo era da ordem de 4,1%) o 3o. Trimestre de 2015, segundo informações que acabaram de ser apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresentou queda de 4,5% frente ao mesmo trimestre do ano anterior, e queda de 1,7% frente ao segundo trimestre de 2015.

Observa-se abaixo em quatro perspectivas de comparação do resultado do trimestre.

Trimestre/mesmo trimestre do ano anterior



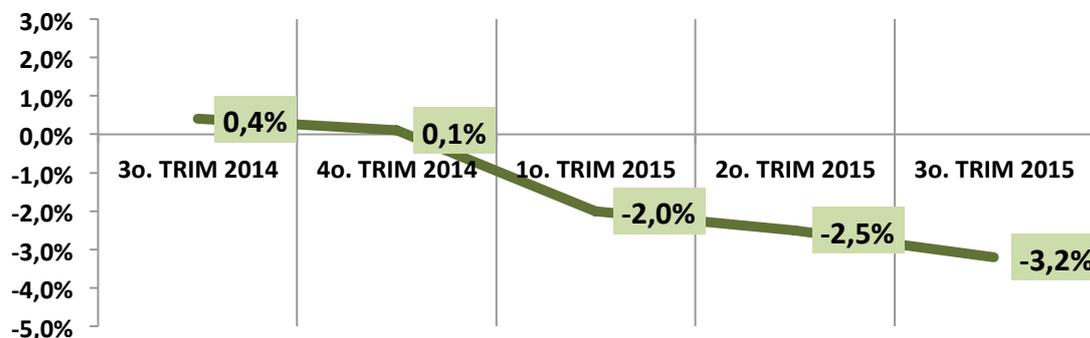
Trimestre/Trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)



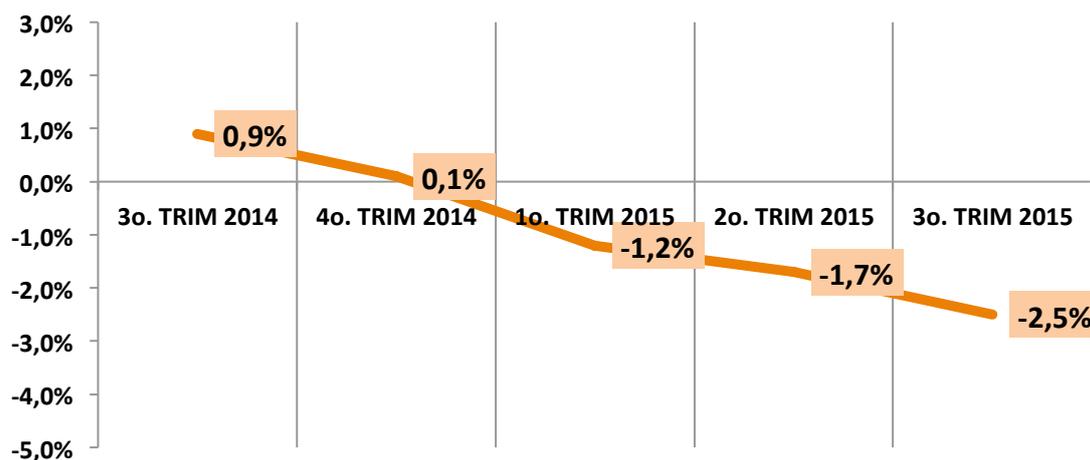
Fonte: IBGE Elaboração: MB Consultoria



Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior



Últimos quatro trimestres/quatro trimestres imediatamente anteriores

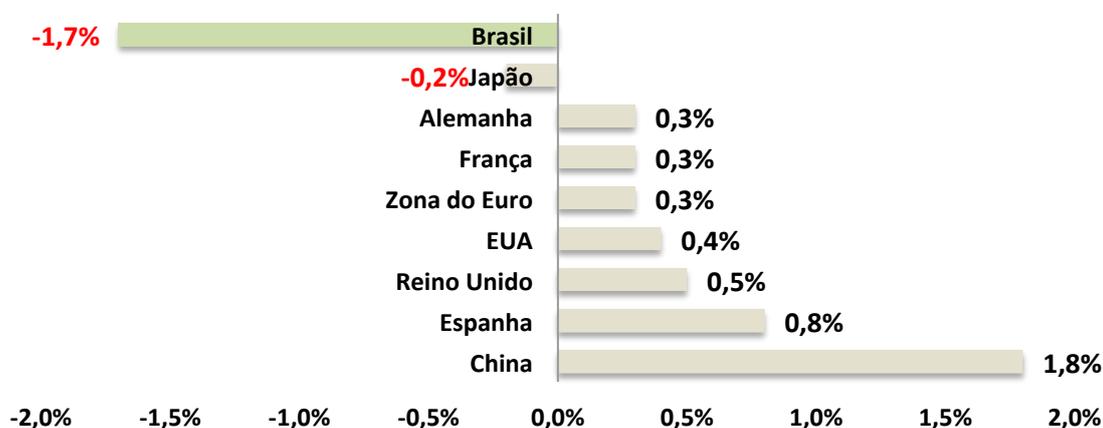


Fonte: IBGE Elaboração: MB Consultoria

A recessão se aprofunda, é difícil visualizar melhora nos fundamentos da economia brasileira, a dívida cresce e com perspectiva de romper o limite "psicológico" de 70% do PIB, a crise de confiança amplia tanto no mercado interno quanto no externo, e o governo enfrenta dificuldades cada vez maiores para gerar superávits primários.

Comparando o resultado nacional do trimestre com algumas principais economias, observa-se o reflexo significativo da crise econômica e política "interna" do nosso país.

PIB DO 3o. TRIM 2015 - COMPARANDO



Fonte: IBGE e FMI Elaboração: MB Consultoria

Em valores correntes, o PIB no terceiro trimestre do ano alcançou R\$ 1,481 trilhão.

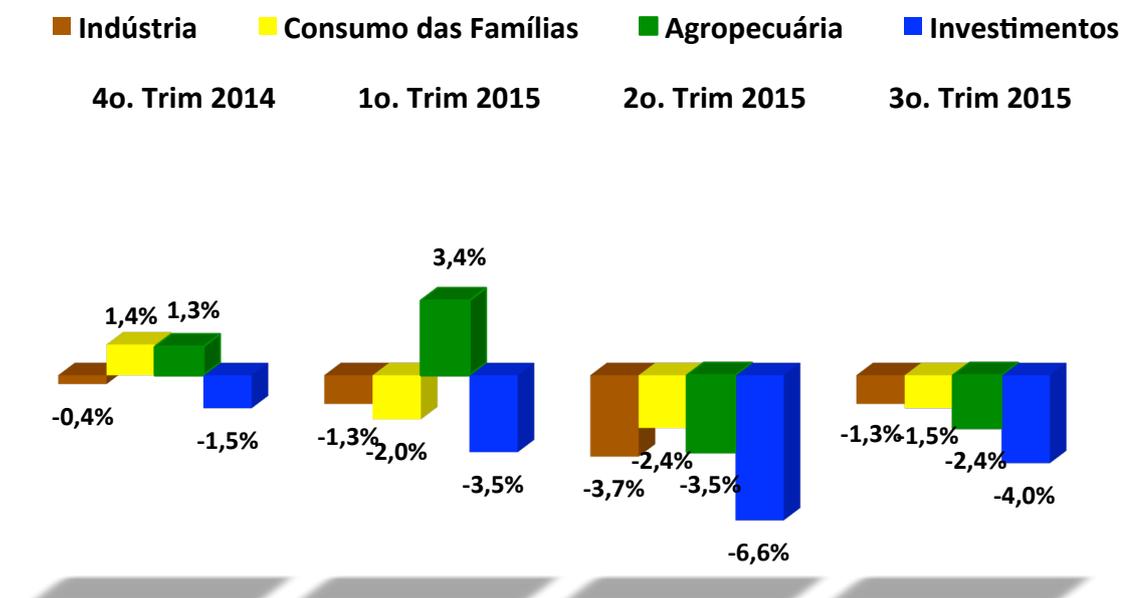
Neste trimestre, a queda foi disseminada nos três setores da economia. A agropecuária registrou retração de 2,4%, a indústria, de 1,3%, e os serviços, de 1,0%.

De acordo com o IBGE, na indústria, a baixa foi puxada pelo recuo no desempenho da indústria de transformação (-3,1%), seguida pela construção civil (-0,5%) e pela indústria extrativa mineral (-0,2%).

No setor de serviços, o comércio, que vinha mostrando seguidamente resultados ruins, registrou a maior queda, de 2,4%. Outros serviços sofreram redução de 1,8%; transporte, armazenagem e correio, de 1,5%; serviços de informação, de 0,5%, e atividades imobiliárias, de 0,1%.



Variação do PIB por Setor (%) - frente ao Trimestre Anterior



Fonte: IBGE Elaboração: MB Consultoria

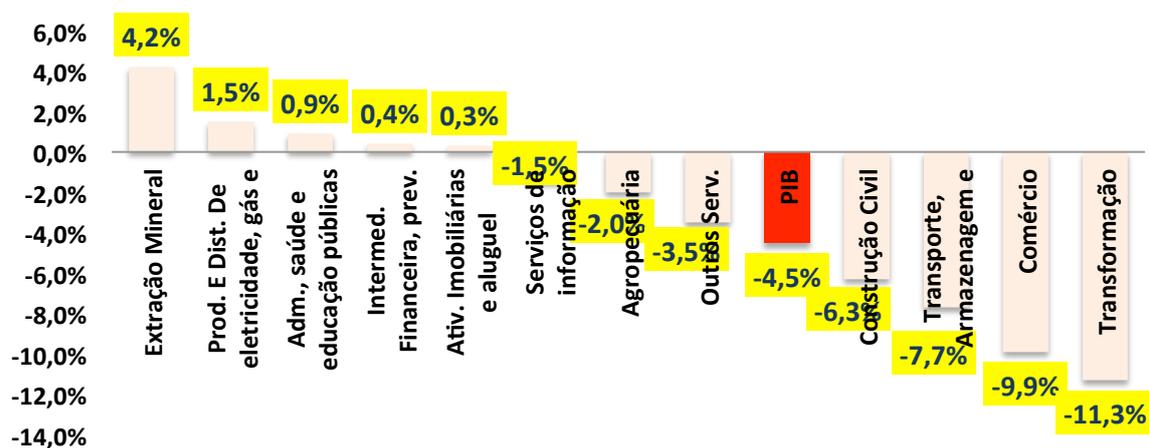
Todos os setores apresentam dois trimestres seguidos de queda, e todos exceto a Agropecuária apresentam recuo pelo quarto trimestre consecutivo, sendo que o resultado da agropecuária no 1o. trimestre é sazonalmente impulsionado pela safra da soja.

Um indicador de forte queda é o investimento, com recuo de 4% que segundo o IBGE foi o **nono resultado negativo seguido**.

De julho a setembro, a taxa de investimento **ficou em 18,1% do PIB**. No **terceiro trimestre do ano passado, o índice havia sido de 20,2%**.

Quando avaliamos o desempenho do PIB e alguns subsetores, considerando o mesmo período do ano anterior, percebemos uma expressiva queda, de 11,3% na Indústria da Transformação, que permanece como o Subsetor com pior desempenho acumulado desde 2014.

Desempenho do PIB e SUBSETORES - 3o. TRIM 2015 x 3o. TRIM 2014



Fonte: IBGE Elaboração: MB Consultoria

Indústria (3º tri 2015 em relação ao 3º tri 2014)

-6,7%



Transformação

-11,3%



Construção civil

-6,3%



Prod. e distrib. de eletricidade, gás e água

1,5%



Extrativa mineral

4,2%

Fonte: IBGE



Em meio a péssimas projeções econômicas, atividade econômica em recessão, a Indústria é um dos setores que mais sentiu a retração econômica, o que é coerente, considerando o caminho de políticas monetárias e de cunho político que foram tomadas no recente histórico do País.

O que mais influenciou negativamente a queda do indicador foram máquinas e equipamentos, indústria automotiva, produtos eletroeletrônicos e equipamentos de informática, produtos de metal, indústria de mobiliário e farmacêuticos e farmoquímicos.

Os principais fatores que influenciaram o comportamento da indústria até o momento em 2015 foram baixo nível de confiança do empresário, cenário político desastroso, incerteza para investimentos e renda disponível das famílias diminuindo / alto endividamento.

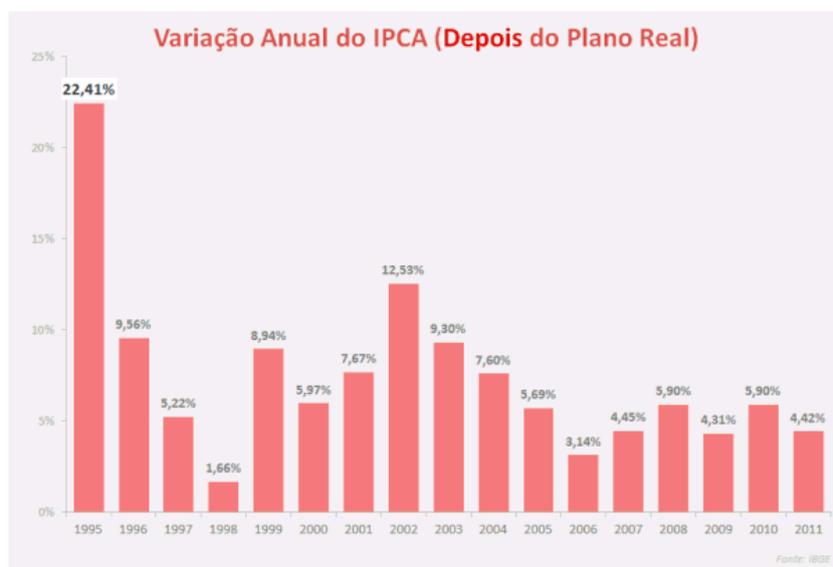
A indústria representou 20% do PIB Nacional em 2014, próximo do mesmo patamar de 1990, com abertura econômica, e menor do que em 2013 que ficou em média 25% do PIB.



Fonte IBGE - G1

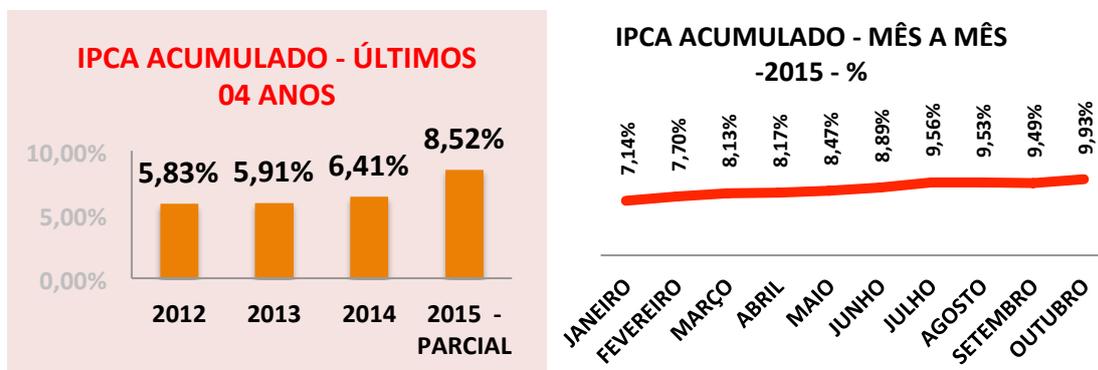
A INFLAÇÃO E A TAXA DE JUROS NO BRASIL

Abaixo, para composição da análise histórica em momentos específicos do país, relembramos a história da taxa do IPCA, advindas de questões estruturais econômicas e monetárias. Antes e Pós Plano Real.





Já a inflação atual, é fruto de um aumento forçado da demanda agregada, que elevou o consumo das famílias, investimentos privados, e gastos públicos, através da concessão de crédito barato e redução da taxa de juros, sem que houvesse poupança para isso. E com forte tendência de alta.



Fonte: IBGE Elaboração: MB Consultoria

Sobre os resultados do IPCA mais recentes, cabe a explanação sobre as ponderações utilizadas pelo IBGE para a medição do índice.

Ponderação das Despesas (IPCA)

Tipo de Gasto	Peso
Alimentação	25,21%
Transportes e Comunicação	18,77%
Despesas Pessoais	15,68%
Vestuário	12,49%
Habitação	10,91%
Saúde e Cuidados Pessoais	8,85%
Artigos de Residência	8,09%
Total	100,00%

Fonte: IBGE

A taxa de juros Selic de 14,25% é o maior patamar em nove anos, em agosto de 2006 a taxa também estava em 14,25%. Para este ano em que a inflação sentiu o choque de reajustes das tarifas reguladas pelo governo, principalmente de energia, e também a alta do dólar, como vimos o IPCA deve fechar o ano bem acima da meta.

Lembrando que em 2014 fechamos com uma taxa selic de 11,75%.

Taxa Selic 2015 (meta, cabe lembrar que o Banco Central informa o fator mensal)

Mês	Mensalizada	Anual Real	Acumulada no Ano	Acumulada em 12 Meses	Anual Oficial	Fator Diário
JAN	0,9604	11,91	0,96	11,10	11,65	1,00043739
FEV	0,8904	12,25	1,86	11,23	12,15	1,00045513
MAR	1,0195	12,75	2,90	11,40	12,15	1,00045513
ABR	0,9924	12,77	3,92	11,54	12,65	1,00047279
MAI	1,0624	13,25	5,02	11,73	13,15	1,00049037
JUN	1,0279	13,25	6,10	11,92	13,15	1,00049037
JUL	1,1026	13,78	7,31	12,19	13,65	1,00050788
AGO	1,1379	14,25	8,53	12,46	14,15	1,00052531
SET	1,1010	14,25	9,72	12,73	14,15	1,00052531
OUT	1,1379	14,25	10,97	13,01	14,15	1,00052531
NOV	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000000
DEZ	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000000

Fonte: Advfn

Após reunião do COPOM de 25 de novembro, a taxa foi mantida em 14,25%. A elevação da taxa de juros agravaria a deterioração das contas públicas, impactando ainda mais na recessão econômica.

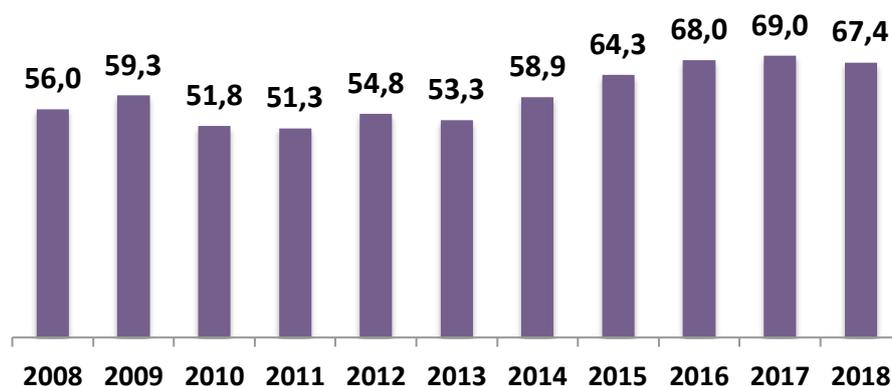
Pressões de custos principalmente puxados pelo reajuste de preços administrados e do câmbio, além da falta de confiança no cenário político que remete a incertezas sobre a efetivação de ajustes fiscais por parte do governo.



A DÍVIDA DO PAÍS

Segundo projeções da agência Standars & Poor's a dívida do País alcançar o patamar de 68% do PIB em 2016. Dados reais até 2014, e projetados até 2018.

RELAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO EM PROPORÇÃO DO PIB



Fonte: Standard & Poor's Elaboração: MB Consultoria

Cabe destacar que a “dívida bruta”, em junho de 2015 representava mais de 3,8 trilhões de reais (segundo o IBGE), engloba todo tipo de débito do Estado brasileiro: títulos públicos vendidos ao mercado, empréstimos bancários, empréstimos feitos por organismos internacionais, débitos estaduais e municipais assumidos pelo governo federal.

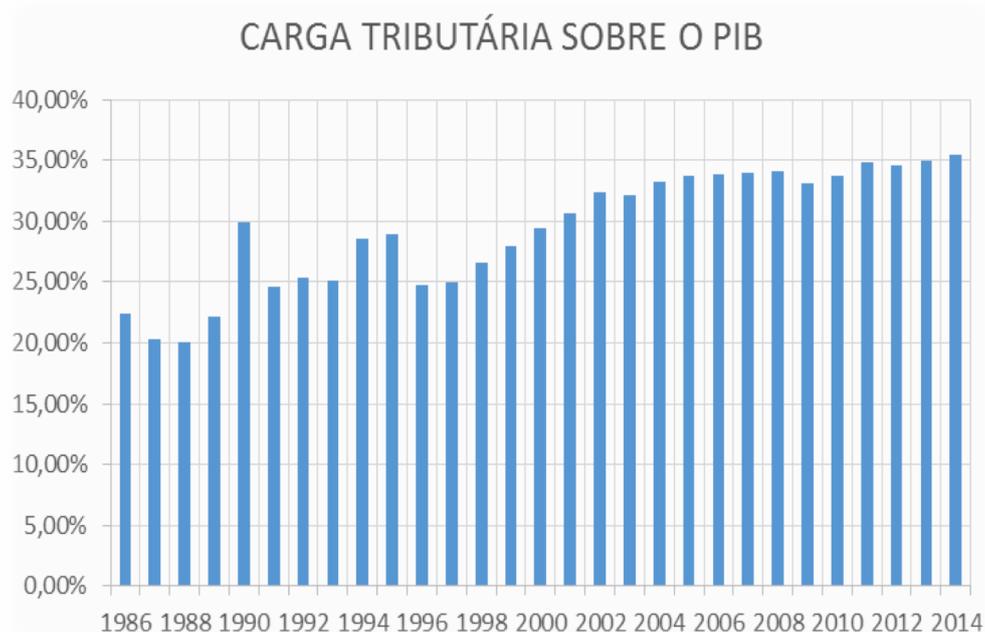
Já no cálculo da “dívida líquida”, em junho de 2015 estava em torno de 1,9 trilhão de reais (segundo o IBGE), desconta-se tudo o que o País já tem em caixa – seja em reais depositados aqui, seja em dólares mantidos no exterior – ou vai receber no futuro. Inclusive aquilo que vai receber do mesmo mercado de quem o Brasil é devedor.

A CARGA TRIBUTÁRIA

A carga tributária brasileira deverá chegar ao maior nível de sua história em 2015. Assim que foi anunciado o resultado das eleições de outubro, o governo federal e os governos estaduais começaram a se articular para aumentar a arrecadação, como já era esperado, em decorrência dos ajustes fiscais que teriam que ser feitos logo após um longo período de gastos desordenados e sem orientação econômica sustentável.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff a carga tributária cresceu 1,66 ponto percentual. A carga tributária sobre o PIB – Produto Interno Bruto continuou o seu ritmo de crescimento em 2014, passando de 35,04% em 2013 para 35,42% no ano passado, resultando num aumento de 0,39 ponto percentual.

Mas nos últimos 4 anos, a maior variação se deve ao crescimento dos tributos estaduais, que tiveram variação de 1,03 ponto percentual. Os tributos federais tiveram aumento de 0,38 ponto percentual e os municipais 0,24 ponto percentual.



Fonte: IBPT

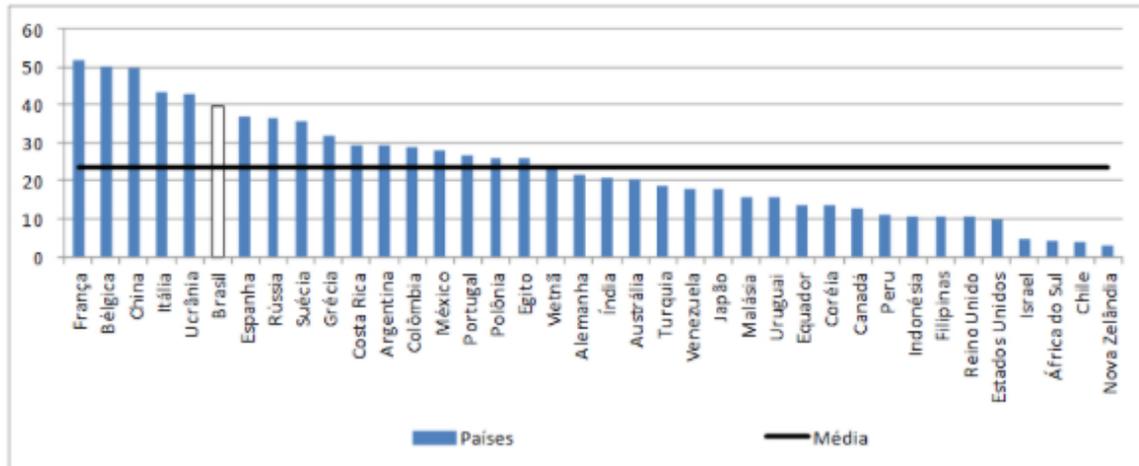
O Brasil tem a maior carga de impostos da América Latina e também supera aquela dos países ricos na média. Entre 2010 e 2013, a arrecadação cresceu 2,5 pontos percentuais do PIB no país, comparado à alta de 1,5 ponto na região e de 1,3 ponto nos países desenvolvidos.



Um tipo de tributo que é especialmente pesado para as empresas em geral, e a indústria em particular, são os encargos sobre a folha de pagamentos.

Dados do Banco Mundial evidenciam o peso da carga tributária sobre a contratação de mão-de-obra no Brasil. O Gráfico 1 mostra a tributação sobre o trabalho como proporção do lucro comercial para empresas de vários países. O Brasil tem a 6ª maior carga em um conjunto de 176 países

Impostos e Contribuições sobre o Trabalho (% dos lucros comerciais) – 2013



Fonte: Banco Mundial. Disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/IC.TAX.LABR.CP.ZS>.

Fonte e Elaboração: Josué Pellegrini e Marcos Mendes.

OS INVESTIMENTOS

Em 2014 o Brasil declinou 8% em relação a 2013 no fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) global. Enquanto que a média dos países em desenvolvimento foi um crescimento de 4% no período. O valor global é estimado em US\$ 1,26 trilhão. Esse declínio se deve à fragilidade da economia global, à incerteza política e a riscos geopolíticos.

No Brasil, apesar do crescimento significativo de fusões e aquisições (45% de aumento para US\$ 14 bilhões), os fluxos de IED caíram 4%. O valor de 2014 ficou em US\$ 62 bilhões de entradas de IED, afetados por quedas no setor primário e aumentos nos manufaturados e nos serviços.

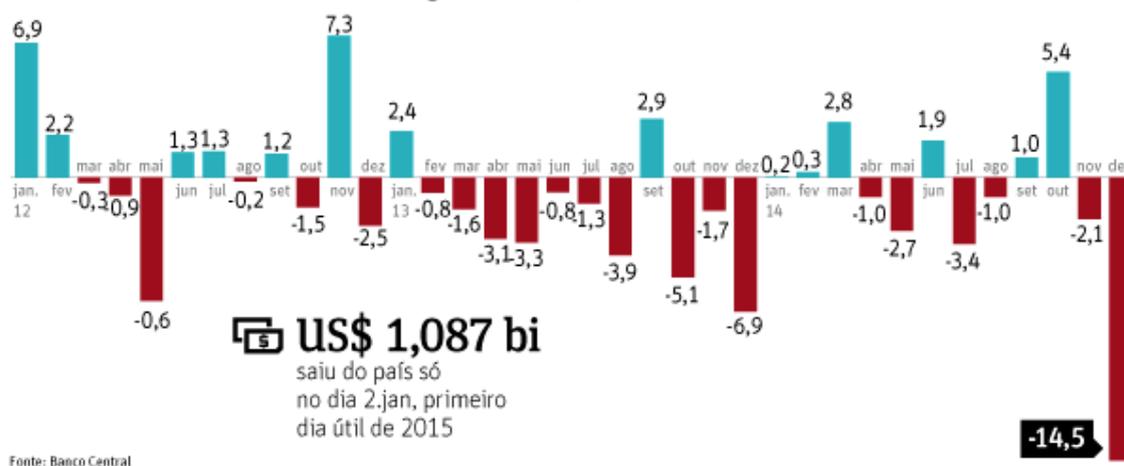
Segundo o Banco Central e Folhapress os investidos estrangeiros retiraram US\$ 14,542 bilhões de aplicações financeiras do país em dezembro de 2014, mês marcado pela desvalorização de medas de países emergentes, como o rublo russo, além da baixa do preço do petróleo. Foi a maior retirada desse tipo de investidor já registrada no país, superando momentos como o da crise global em 2008 e a desvalorização do real de 1999. O rombo, que desconta os ingressos de recursos, é o maior de 1982, quando o Banco Central começou a fazer a medição.

Sazonalmente, dezembro costuma ser um mês ruim para o fluxo de capital do Brasil para o exterior devido às remessas de lucros das multinacionais para suas matrizes, além de acertos anuais dos fundos de investimento.

FUGA EM MASSA

Dezembro teve a maior saída de investimentos estrangeiros desde 1982

Saldo mensal de investimento estrangeiro, em US\$ bilhões



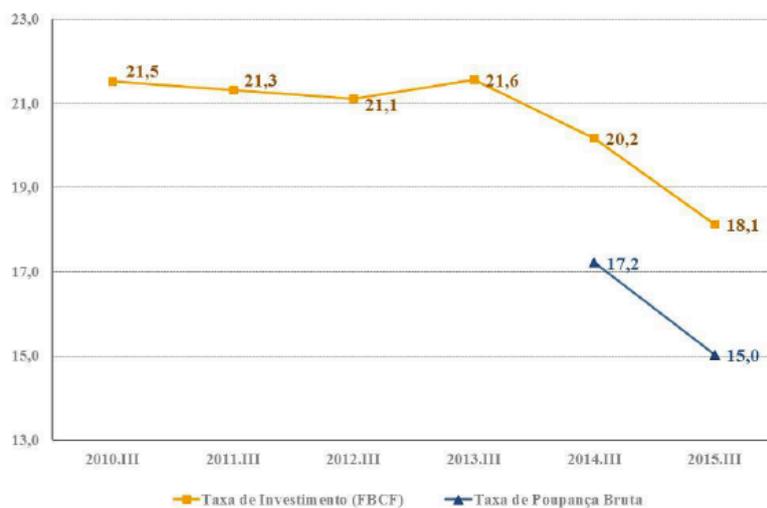
Fonte: Folhapress



Taxas de Investimento e Poupança (em % PIB)

3º Trimestre - 2010 a 2015

GRÁFICO III.1 - Taxa de Investimento e Taxa de Poupança Bruta
(% do PIB)



Fonte IBGE

FBCF

(3º tri 2015 em relação ao 3º tri 2014)

- 15,0%

**Queda na importação e na produção
interna de bens de capital e também
desempenho negativo da construção civil**

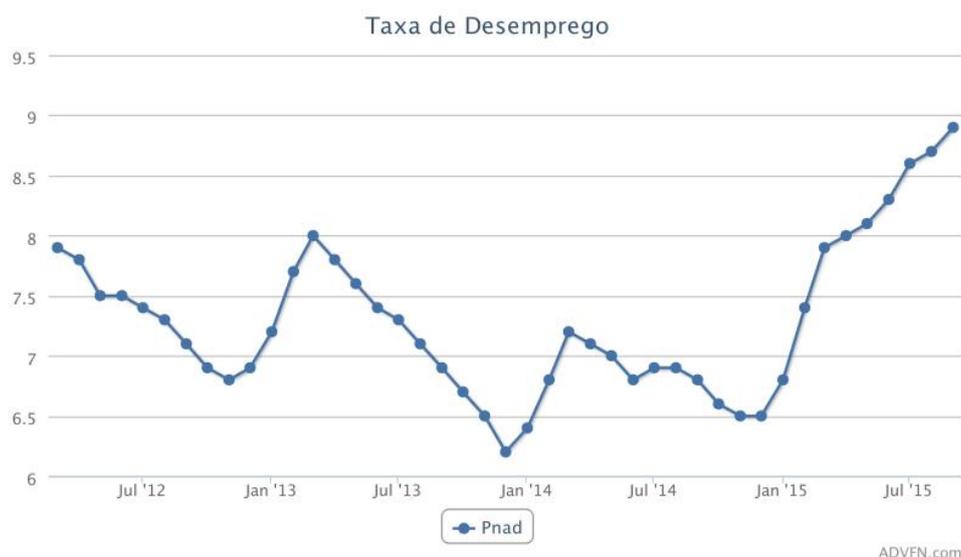
Fonte IBGE

A RENDA E O EMPREGO

Cabe ressaltar que a taxa de desemprego, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) - IBGE, refere-se à proporção entre a População Desempregada e a População Economicamente Ativa. Podemos considerar como **Taxa de Desocupação**.

A cada mês, são divulgados números referentes a aquele mês junto com os dois meses imediatamente anteriores.

O modelo de média trimestral adotado pelo Brasil foi baseado no usado pelo **Reino Unido**, segundo o IBGE. Outros países fazem pesquisas de emprego trimestrais, mas realizam estimativas mensais com base em estimativas, a partir dos dados já levantados. Espanha, França, México e Chile coletam informações a cada três meses. Canadá e Austrália, com populações menores e mais concentradas em algumas regiões, fazem levantamentos mensais. Os EUA divulgam dados mensais, mas ampliam a sua amostra (relativamente pequena para o tamanho da população do país) por meio de modelos matemáticos.



Observe pelo gráfico forte tendência de alta.

Variação Mensal da Taxa de Desemprego

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2012	-	-	7,90	7,80	7,50	7,50	7,40	7,30	7,10	6,90	6,80	6,90
2013	7,20	7,70	8,00	7,80	7,60	7,40	7,30	7,10	6,90	6,70	6,50	6,20
2014	6,40	6,80	7,20	7,10	7,00	6,80	6,90	6,90	6,80	6,60	6,50	6,50
2015	6,80	7,40	7,90	8,00	8,10	8,30	8,60	8,70	8,90	-	-	-

Fonte Advfn



Cabe uma ressalva sobre a forma de cálculo do desemprego pelo IBGE. Para considerar a população ativa, excluindo-se empregados e desempregados, sobram os que só estudam, os aposentados, os pensionistas e os que não querem trabalhar, totalizando 44% da População em Idade Ativa (PIA). A PNAD - IBGE considera em idade de trabalho todos acima de quatorze anos. Quem tem menos de 18 anos não deveria trabalhar, mas paradoxalmente, incluí-los no cálculo reduz a taxa de desemprego.

Os poucos que trabalham aumentam o número total de empregos, mas a quase totalidade dos que não trabalham não procura emprego. Este efeito explica por que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, também do IBGE, que mede o desemprego em 3,5 mil municípios entre os maiores de 15 anos, aponta uma taxa de desemprego que aparentemente a sociedade não acredita que reflete a realidade.

Se considerar apenas aqueles de 18 a 60-70 anos, a taxa de desemprego seria ainda bem mais alta.

Segundo o IBGE, o indicador que mede a parcela da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar (nível da ocupação) foi estimado em 56,0% no 3o trimestre de 2015 no Brasil, apresentando queda de 0,2% frente ao trimestre anterior e queda de 0,8% em relação ao 3o trimestre do ano passado (56,8%). Regionalmente, no 3o trimestre de 2015, as que apresentaram os maiores percentuais de pessoas trabalhando entre aquelas em idade de trabalhar, foram a Sul (60,0%) e a Centro-Oeste (59,8%); enquanto na Região Nordeste foi verificado o menor nível da ocupação, 51,3%.

No 3o trimestre de 2015, a taxa de desocupação, no Brasil, foi estimada em 8,9%. Esta estimativa apresentou alta tanto na comparação com o 2o trimestre de 2015 (8,3%), quanto frente ao 3o trimestre de 2014 (6,8%).

Do 3o trimestre de 2014 para igual trimestre desse ano, houve expansão da taxa em todas as Regiões: **Norte (de 6,9% para 8,8%)**, Nordeste (de 8,6% para 10,8%), Sudeste (de 6,9% para 9,0%), Sul (de 4,2% para 6,0%) e Centro-Oeste (de 5,4% para 7,5%).

A população ocupada, **no 3º trimestre de 2015, estimada em 92,1 milhões de pessoas**, era composta por 68,6% de empregados, 4,4% de empregadores, 24,1% de trabalhadores por conta própria e 2,9% de trabalhadores familiares auxiliares. Nas **Regiões Norte (31,4%)** e Nordeste (30,3%), o percentual de trabalhadores por conta própria era superior ao verificado nas demais regiões.

No 3o trimestre de 2015, 77,7% dos empregados do setor privado tinham carteira de trabalho assinada, percentual estável em relação a igual trimestre de 2014. As Regiões Nordeste (63,5%) e Norte (63,4%) apresentaram as menores estimativas desse indicador.

População em idade de trabalhar (14 anos ou mais de idade) - Taxa de participação na população total, segundo as Grandes Regiões - 2012-2015.

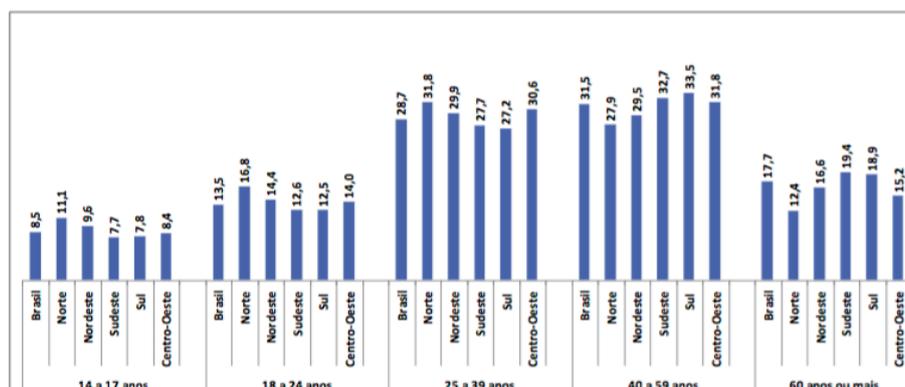
Grandes Regiões	Taxa de participação na população total, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)														
	2012				2013				2014				2015		
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Brasil	79,0	79,1	79,2	79,4	79,5	79,5	79,6	79,8	79,8	80,1	80,3	80,4	80,6	80,6	80,6
Norte	71,9	72,1	72,2	72,5	72,9	72,9	73,2	73,4	73,5	73,6	74,2	74,3	74,2	74,2	74,3
Nordeste	76,7	76,7	76,9	77,1	77,1	77,1	77,3	77,5	77,5	77,8	78,0	78,2	78,4	78,5	78,6
Sudeste	81,4	81,5	81,6	81,6	81,8	81,7	81,7	81,9	82,0	82,3	82,5	82,7	82,9	82,9	82,8
Sul	81,0	81,1	81,3	81,5	81,7	81,7	81,8	81,8	81,7	82,0	82,2	82,3	82,4	82,4	82,4
Centro-Oeste	78,2	78,6	78,4	78,7	78,9	78,8	78,9	79,3	79,0	79,2	79,2	79,4	79,6	79,4	79,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

No País, no 3o trimestre de 2015, as pessoas de 14 a 17 anos representavam 8,5% das pessoas em idade de trabalhar. Os jovens de 18 a 24 anos correspondiam a 13,5%, enquanto o grupo etário de 25 a 39 anos, 28,7%. A maior parcela era a daqueles do grupo de 40 a 59 anos (31,5%). Os considerados idosos pela Organização Mundial da Saúde para países em desenvolvimento, 60 anos ou mais de idade, somavam 17,7%.

A composição etária era diferente entre as cinco Grandes Regiões, característica importante para o entendimento do mercado de trabalho regional. **Na Região Norte, a parcela das pessoas de 14 a 17 anos era bem próxima a de idosos, fato não observado nas demais regiões.** Outro destaque, também observado na Região Norte, é o fato da participação da população de 18 a 24 anos ser superior à de idosos. Ressalta-se ainda que as Regiões Sudeste (19,4%) e Sul (18,9%) apresentaram os maiores percentuais de idosos.

Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 3o trimestre de 2015

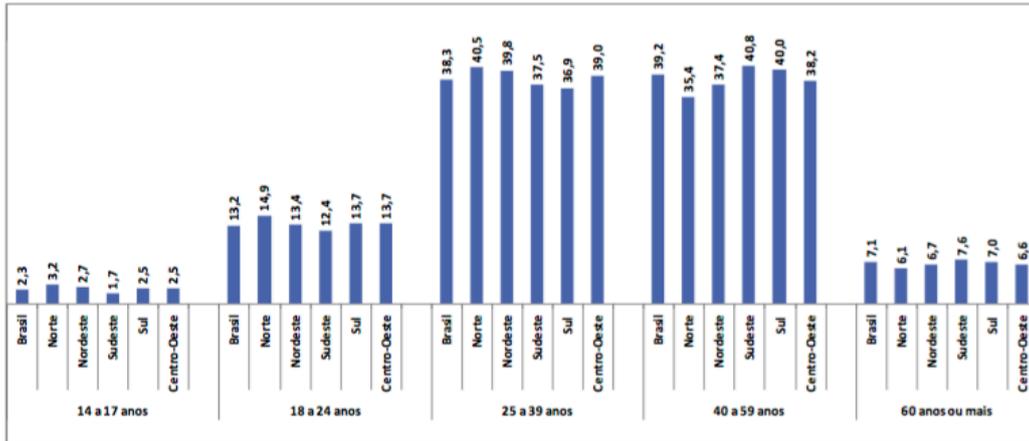


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.



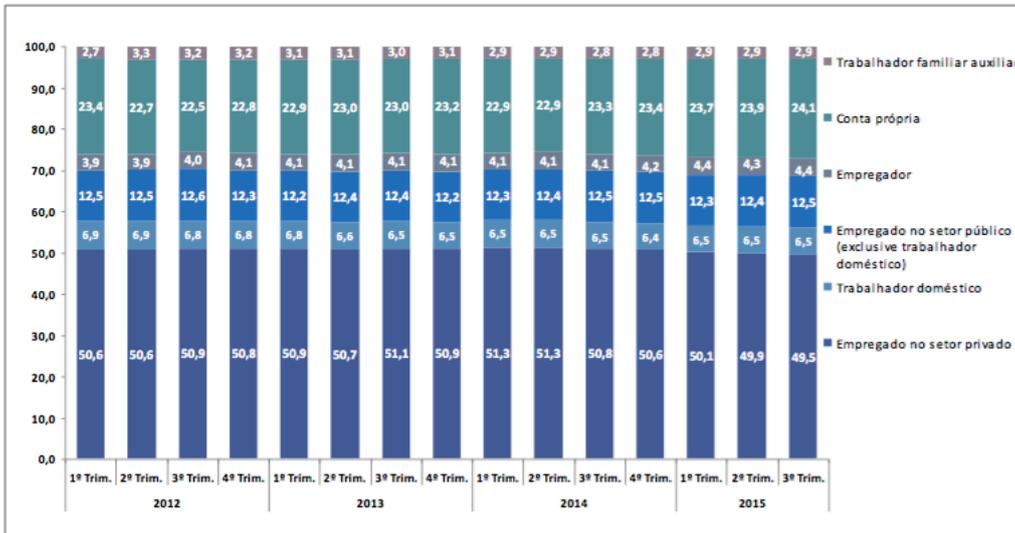
Sobre a Força de trabalho (pessoas ocupadas e pessoas desocupadas). No 3o trimestre de 2015, 61,4% da população em idade de trabalhar estava na força de trabalho (taxa de participação). Parte considerável deste contingente se encontrava trabalhando (91,1%) e 8,9% desocupada, segundo a forma de cálculo do IBGE.

Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 3o trimestre de 2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

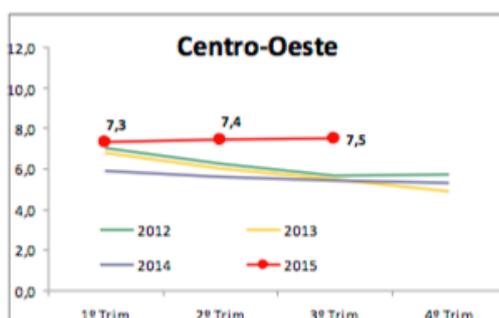
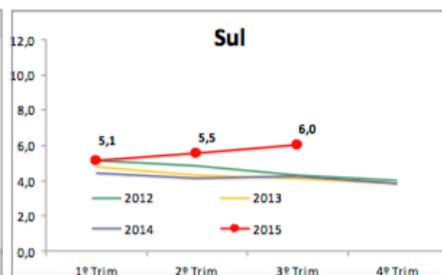
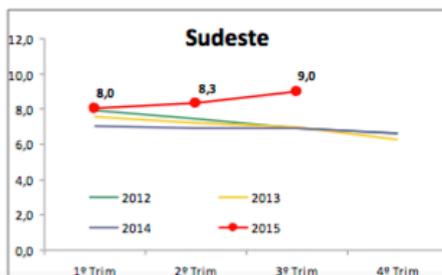
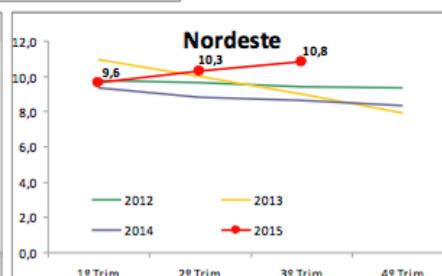
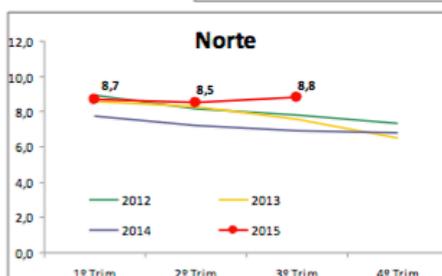
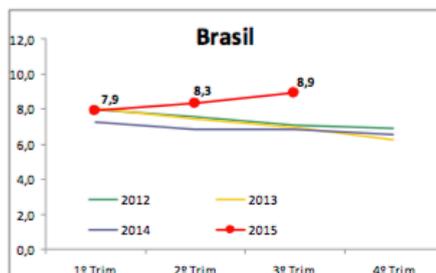
Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação do trabalho principal - Brasil - 2012-2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Acompanhe nos gráficos as tendências de ajustes da taxa de desocupação por região.

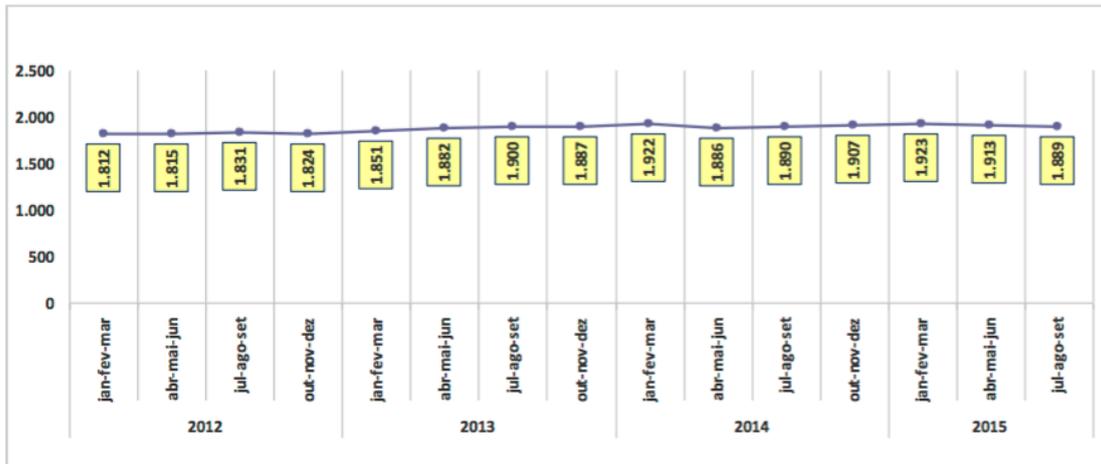
Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas com 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2012-2015





Sobre a RENDA, quatro dos sete grupamentos de atividade estudados registraram quedas no rendimento, sendo a maior delas nos serviços prestados às empresas, alugueis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

Rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas em todos os trabalhos - Brasil - 2o trimestre de 2012 a 3o trimestre de 2015



Fonte: IBGE

O CÂMBIO E A BALANÇA COMERCIAL

A Evolução da relação do Câmbio - Dólar - Real



Fonte: oanda

Segundo a OCDE, ao final de 2014 o Brasil era apenas o 250º maior exportador do mundo, superado por Tailândia, Suíça e Malásia. De 2013 para 2014 o Brasil perdeu 30 posições neste Ranking. As exportações do Brasil representam apenas 1,2% do comércio internacional de vendas.

Entre as 30 maiores economias do mundo em 2014, o Brasil apresentou a maior retração nas exportações, com queda de 7%, enquanto que a média mundial foi de uma expansão de 1%, e o Brasil já permanecia estagnado na evolução das exportações, com três anos seguidos sem expansão. Além das questões estruturais e de falta de competitividade da economia nacional, um dos principais fatores desta retração foi a queda nos preços de commodities em 2014, e esta mudança não foi compensada por uma alta nos demais segmentos.

Entretanto, em volume as exportações brasileiras caíram em 1,8%, o que revela que não foi apenas o preço o responsável pela queda das exportações. Europa e China são os dois principais destinos das vendas nacionais, e a venda para estes parceiros caiu em mais de 11%, segundo a OCDE. Em volumes, a China expandiu sua importação em apenas 3,9%, contra 9,8% em 2013.

No 3o. Trimestre de 2015 a Exportação de bens e serviços tiveram leve crescimento em volume. Enquanto que as importações uma forte retração.



Setor Externo

(3º tri 2015 em relação ao 3º tri 2014)

Exportação de bens e serviços 1,1%	Importação de bens e serviços -20,0%
Destaques <ul style="list-style-type: none">• Agropecuária• Siderurgia• Metalurgia• Extrativa Mineral• Veículos automotores• Celulose e papel	Destaques <ul style="list-style-type: none">• Veículos automotores• Máquinas e tratores• Metalurgia• Siderurgia• Equipamentos eletrônicos• Viagens e transporte• Petróleo e carvão

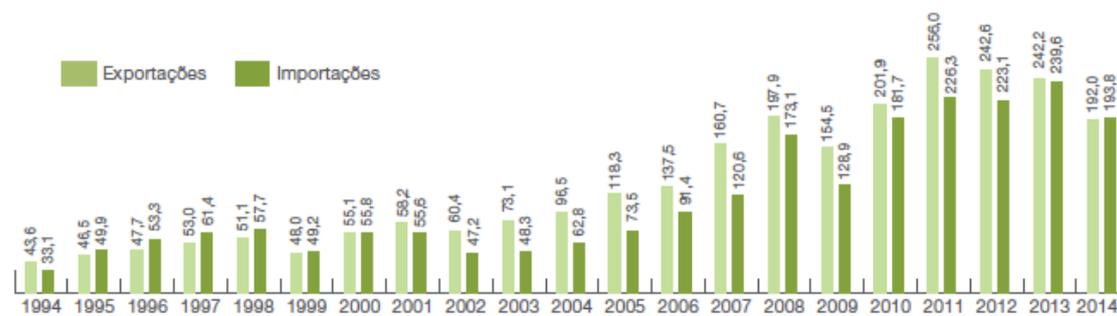
A balança comercial brasileira fechou o mês de novembro de 2015 com um saldo positivo de US\$ 1.197 bilhão – as exportações somaram US\$ 13.806 bilhões e as importações totalizaram US\$ 12.609 bilhões. Nos onze primeiros meses de 2015, o saldo da balança comercial brasileira acumulou um superávit de US\$ 13.442 bilhões, muito superior ao saldo negativo alcançado em igual período de 2014 (- US\$ 4.348 bilhões).

Balança Comercial	Exportação	Importação	Saldo Mensal	Saldo Acumulado
JAN	13,704	16,877	-3,172	-3,172
FEV	12,092	14,934	-2,842	-6,014
MAR	16,979	16,521	0,455	-5,559
ABR	15,156	14,665	0,491	-5,068
MAI	16,769	14,008	2,761	-2,309
JUN	19,628	15,101	4,527	2,220
JUL	18,533	16,147	2,386	4,608
AGO	15,485	12,796	2,689	7,302
SET	16,148	13,204	2,944	10,248
OUT	16,049	14,053	1,996	12,245
NOV	13,806	12,609	1,197	13,442
DEZ				

Fonte: advfn

Série histórica do resultado da balança comercial Brasileira, percebido nos últimos 03 anos a redução do saldo da balança, causando impacto imediato nas reservas internacionais.

Balança comercial brasileira (Valores em US\$ bilhões)



Fonte:NTC



III - PANORAMA: CENÁRIO INDUSTRIAL

Segundo o IBGE, Em outubro de 2015, a produção industrial nacional recuou 0,7% frente ao mês imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal, quinto resultado negativo seguido, acumulando nesse período perda de 5,7%. Em relação a igual mês do ano anterior, o total da indústria recuou 11,2%, vigésima taxa negativa consecutiva nessa comparação e a mais acentuada desde abril de 2009 (-14,1%). Assim, o índice acumulado do ano caiu 7,8%. Já o acumulado nos últimos doze meses recuou 7,2%, mostrando sua perda mais intensa desde novembro de 2009 (-9,4%) e mantendo trajetória descendente desde março de 2014 (2,1%).

Outubro 2015 / Setembro 2015	-0,7%
Outubro 2015 / Outubro 2014	-11,2%
Acumulado no ANO	- 7,8%
Acumulado em 12 meses	- 7,2%
Média Móvel Trimestral	-1,0%

Fonte: IBGE

Indicadores da Produção Industrial por Grandes Categorias Econômicas - Brasil - Outubro de 2015

Grandes Categorias Econômicas	Variação (%)			
	Outubro 2015/ Setembro 2015*	Outubro 2015/ Outubro 2014	Acumulado Janeiro- Outubro	Acumulado nos Últimos 12 Meses
Bens de Capital	-1,9	-32,6	-24,5	-22,3
Bens Intermediários	-0,7	-7,5	-4,5	-4,4
Bens de Consumo	-0,6	-12,3	-9,5	-8,6
Duráveis	-5,6	-28,7	-17,2	-16,1
Semiduráveis e não Duráveis	-0,6	-7,4	-7,2	-6,4
Indústria Geral	-0,7	-11,2	-7,8	-7,2

Fonte: IBGE

De acordo com os dados do IBGE, em outubro de 2015, o setor industrial prossegue com o quadro de menor ritmo produtivo, expresso não só no quinto resultado negativo consecutivo na comparação com o mês imediatamente anterior, mas também no predomínio de taxas negativas no mês, já que as quatro categorias econômicas e a maior parte das atividades pesquisadas reduziram a produção.



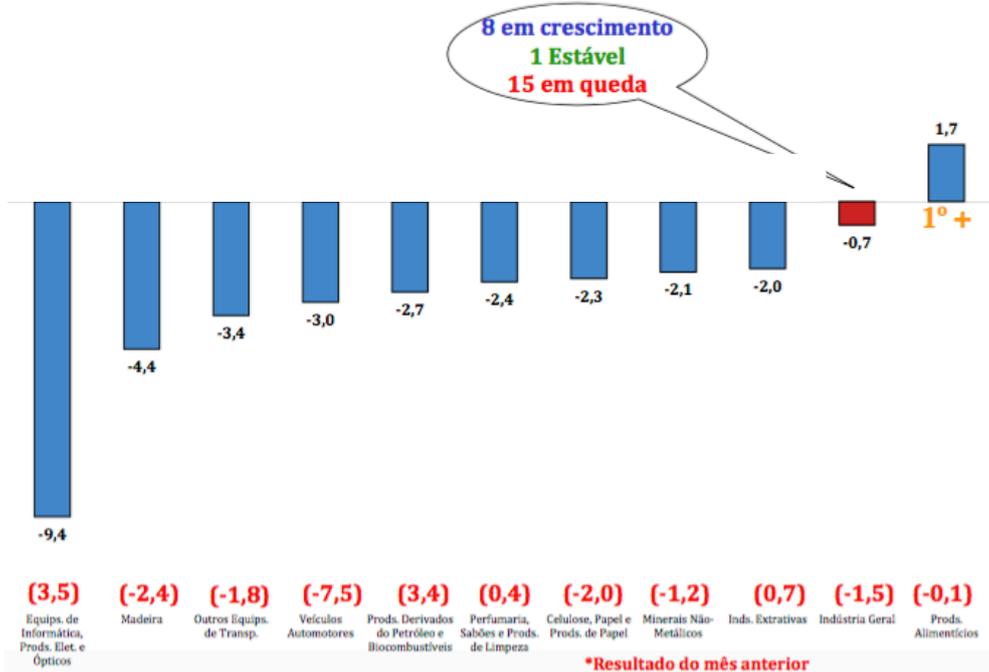
Com o resultado de outubro, o total da indústria encontra-se 17,0% abaixo do nível recorde alcançado em junho de 2013. Ainda na série com ajuste sazonal, permanecem os sinais de menor intensidade da atividade industrial, evidenciados na evolução do índice de média móvel trimestral (-1,0%), que manteve a trajetória descendente iniciada em outubro do ano passado.

Na série com ajuste sazonal, indústria recuou em 15 dos 24 ramos, a redução de 0,7% da atividade industrial na passagem de setembro para outubro teve predomínio de resultados negativos, alcançando todas as quatro grandes categorias econômicas e 15 dos 24 ramos pesquisados. Entre os setores, as principais influências negativas foram registradas por coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-2,7%), indústrias extrativas (-2,0%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-3,0%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-9,4%), com o primeiro voltando a recuar após avançar 3,4% no mês anterior; o segundo devolvendo a expansão de 1,3% acumulada em agosto e setembro; o terceiro recuando por três meses consecutivos e acumulando no período queda de 19,3%; e o último eliminando a expansão de 3,5% verificada em setembro.

Outras contribuições negativas importantes sobre o total da indústria vieram das atividades de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-2,4%), de minerais não-metálicos (-2,1%), de celulose, papel e produtos de papel (-2,3%), de outros equipamentos de transporte (-3,4%) e de produtos de madeira (-4,4%). Vale ressaltar que, com exceção da primeira atividade, que cresceu 0,4% no mês anterior, as demais também recuaram em setembro último: -1,2%, -2,0%, -1,8% e -2,4%, respectivamente.

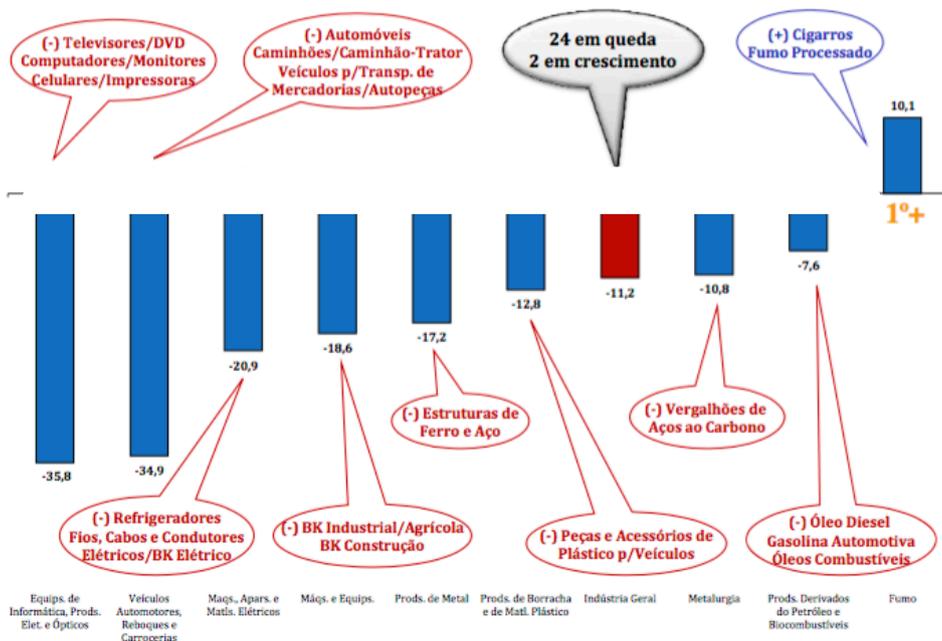
Entre as grandes categorias econômicas, ainda na comparação com o mês imediatamente anterior, bens de consumo duráveis, ao recuar 5,6%, mostrou a redução mais acentuada em outubro de 2015, terceiro resultado negativo consecutivo e acumulando nesse período perda de 15,8%. O segmento de bens de capital (-1,9%) também apontou queda mais intensa do que a média nacional (-0,7%), eliminando, dessa forma, o avanço de 1,3% assinalado no mês anterior. Os setores produtores de bens intermediários (-0,7%) e de bens de consumo semi e não-duráveis (-0,6%) também registraram taxas negativas nesse mês, com o primeiro permanecendo em queda desde fevereiro último e acumulando nesse período redução de 6,6%; e o segundo voltando a recuar após acréscimo de 0,5% em setembro.

Destaque mês a mês - % - Séries com ajuste sazonal (Base mês imediatamente anterior)



Fonte: IBGE

Índice Mensal - Outubro 2015 - % (Base igual do período do ano anterior)



Fonte: IBGE

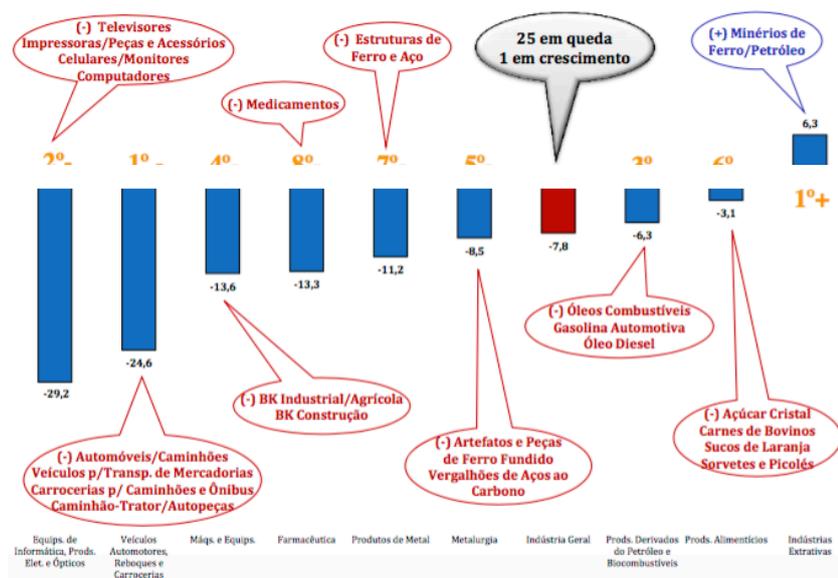


Em relação a outubro de 2014, a indústria recuou em 24 dos 26 ramos. Na comparação com igual mês do ano anterior, a indústria mostrou queda de 11,2% em outubro de 2015. Entre as atividades, a de veículos automotores, reboques e carrocerias (-34,9%) exerceu a maior influência negativa sobre a média da indústria, pressionada, em grande parte, pela queda na produção de automóveis, caminhões, caminhão-tractor para reboques e semirreboques, veículos para transporte de mercadorias, reboques e semirreboques, carrocerias para ônibus e caminhões e autopeças. Outras contribuições negativas relevantes vieram de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-35,8%), máquinas e equipamentos (-18,6%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-7,6%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-20,9%), produtos de metal (-17,2%), metalurgia (-10,8%), produtos de borracha e de material plástico (-12,8%), produtos de minerais não-metálicos (-11,4%), produtos têxteis (-21,7%), impressão e reprodução de gravações (-31,9%), móveis (-24,6%), outros produtos químicos (-5,3%), artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-14,9%), outros equipamentos de transporte (-17,0%) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (-9,3%).

Por outro lado, na mesma comparação, produtos do fumo (10,1%) e bebidas (0,7%) aumentaram a produção no mês.

O setor de bens de capital (-32,6%) assinalou a vigésima taxa negativa consecutiva, com queda mais intensa do que a verificada no mês anterior (-31,2%). O segmento de bens de consumo duráveis (-28,7%) teve o vigésimo resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto e o mais intenso desde junho de 2014 (-32,8%). Já a produção de bens intermediários (-7,5%) teve décima nona taxa negativa consecutiva e a mais intensa desde julho de 2009 (-11,1%).

Índice Acumulado no Ano - % (igual do período do ano anterior)



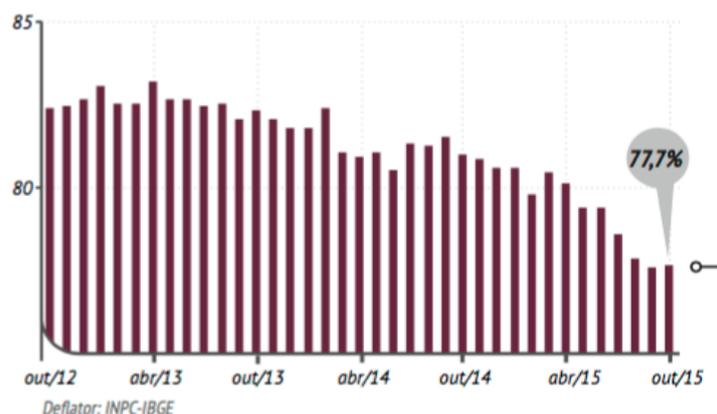
Fonte: IBGE

Segundo dados levantados pela CNI, e conforme previsto, a ociosidade da indústria se mantém elevada em outubro de 2015. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) aumentou 0,1 ponto percentual, na série livre de influências sazonais, mas a UCI de outubro é 3,4 pontos percentuais menor do que a medida em outubro de 2014.

Além disso, de janeiro a outubro de 2015, a UCI está 2,1 ponto percentual menor do que no mesmo período de 2014.

Utilização da capacidade instalada

Dessazonalizado (percentual médio)



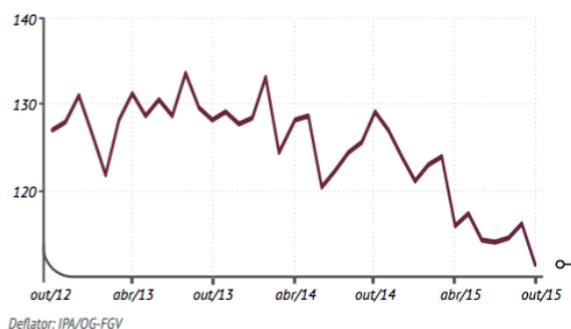
Fonte: CNI

De acordo com levantamento da CNI o Faturamento da Indústria voltou a cair em outubro. O faturamento real da indústria caiu 4,0% em outubro frente a setembro desse ano, na série livre de influências sazonais.

Com essa queda, o indicador de faturamento real é 15,3% menor do que o observado em outubro de 2014. Considerando os resultados de janeiro a outubro de 2015, o faturamento real da **indústria de transformação** caiu 7,8% em relação ao mesmo período de 2014.

Faturamento

Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)



Fonte: CNI

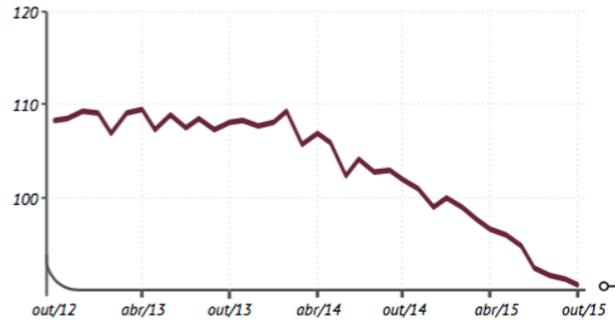


Nona queda mensal consecutiva das horas trabalhadas na produção da Indústria de Transformação. As horas trabalhadas na produção caíram 0,7% entre setembro e outubro, na série livre de efeitos sazonais.

O indicador de horas trabalhadas é 12,8% menor do que o observado em outubro de 2014. Na comparação dos dez primeiros meses de 2015 com o mesmo período de 2014, a redução nas horas trabalhadas é de 9,8%.

Horas trabalhadas na produção

Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)



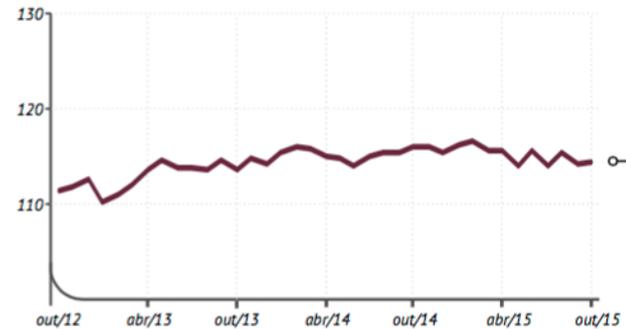
Fonte: CNI,

Entretanto, apesar das perdas, o indicador de rendimento médio real do trabalhador não se altera significativamente. O indicador de rendimento médio real aumentou 0,1% em outubro frente a setembro, na série livre de efeitos sazonais. O rendimento médio real do trabalhador de outubro de 2015 é 1,3% menor do que o medido em outubro de 2014.

O indicador de rendimento médio real do trabalhador da indústria de transformação se manteve inalterado entre janeiro e outubro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014.

Rendimento médio real

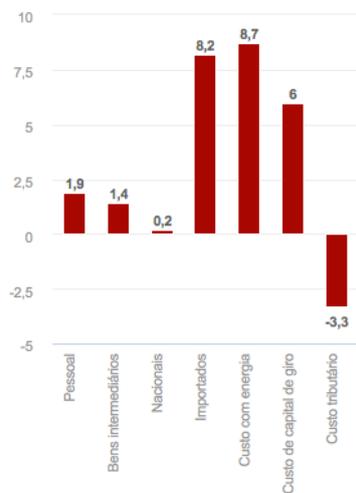
Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)



Deflator: INPC-IBGE

Fonte: CNI

Sobre os Custos Industriais no Primeiro Trimestre de 2015.



Fonte: CNI

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a valorização do dólar diante do real, que encareceu os insumos importados, e a alta dos preços da energia puxaram o aumento de 0,8% nos custos da indústria brasileira no primeiro trimestre de 2015, em relação ao último trimestre de 2014.

Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, o indicador de custos industriais teve alta de 3%, enquanto que os preços dos manufaturados aumentaram 4%.

O Indicador de Custos Industriais é formado pelo custo tributário, pelo custo de capital de giro e pelo custo de produção. No primeiro trimestre, o custo tributário caiu 3,3%, o de capital de giro subiu 6%, e o de produção aumentou 1,8% em relação ao período imediatamente anterior. O custo de produção é calculado a partir da evolução dos custos com energia, pessoal e bens intermediários.

Além dos fatores cambiais, o custo com energia aumentou 8,7% nos primeiros três meses deste ano frente ao último trimestre de 2014. Na comparação com o primeiro trimestre de 2015, houve alta de 28,4%. Esse aumento foi resultado de uma expansão de 36,1% no custo com energia elétrica e de 7,4% no custo com óleo combustível, segundo levantamento da CNI.

O aumento no custo com energia elétrica no último ano mais do que compensou a redução verificada entre 2012 e 2013.



IV - PANORAMA: CENÁRIO MACROECONÔMICO DO AMAZONAS

PRODUTO INTERNO BRUTO DO AMAZONAS

PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL DO ESTADO DO AMAZONAS					
2º TRIMESTRE 2015					
PERÍODO: 2014/2015					R\$ 1.000.000
SETOR	1º TRIMESTRE 2015	2º TRIMESTRE 2015	3º TRIMESTRE 2014	4º TRIMESTRE 2014	ANUAL
AGROPECUARIA	906	919	899	930	3.655
INDUSTRIA	7.843	7.956	7.784	8.055	31.637
SERVIÇOS	9.214	9.347	9.145	9.463	37.169
IMPOSTOS	3.663	3.716	3.636	3.762	14.778
TOTAL	21.626	21.938	21.465	22.211	87.239

Fonte: SEPLAN

Segundo a SEPLAN, o segundo trimestre de 2015 em relação ao segundo trimestre de 2014, o PIB teve um crescimento nominal de 5,4 % e, em valores reais o mesmo teve uma queda de 3,2% descontado a inflação(IPCA) do período, sem ajuste sazonal. O segundo trimestre de 2015 em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano, o PIB teve um crescimento nominal de 1,4% e queda real de (-0,8) % sem ajuste sazonal.

O PIB do segundo trimestre de 2015 foi de R\$ 21.938 milhões. Anualizando os últimos quatro trimestres, o PIB do Estado do Amazonas ficou em R\$ 87.239 milhões.

Segundo a SEFAZ, estima-se que 45,8% do total arrecadado pelo Estado deve ao recolhimento do principal tributo, o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da indústria. O montante produzido pelo setor corresponde a 30% do Produto Interno Bruto do Estado. E há ainda a arrecadação de ICMS do comércio, que chega a 43,3% do total recolhido e está diretamente ligada à dinâmica econômica proporcionada pela ZFM. A indústria é a fonte primária da atividade econômica amazonense. Geradora primeira de receita, arrecadação e renda. E todas as atividades se estruturaram para atender a esta demanda.



O PIB do Estado do Amazonas em valores por atividade econômica.

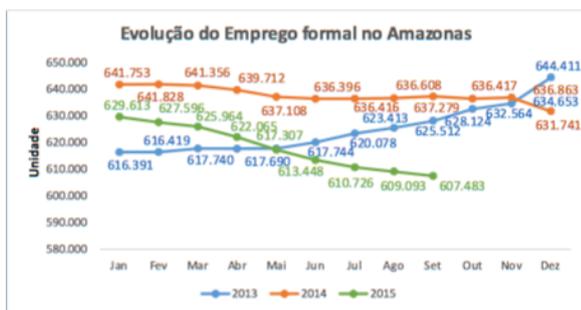
2º TRIMESTRE 2015					
ATIVIDADE ECONÔMICA	2015		2014		TOTAL R\$ 1.000.000
	1º TRI	2º TRI	4º TRI		
AGROPECUARIA	906	919	899	930	3.655
Agricultura	663	673	658	681	2.675
Pecuária	137	139	136	141	554
Pesca	105	107	105	108	425
INDUSTRIA	7.843	7.956	7.784	8.055	31.637
Extrativa Mineral	247	250	245	254	996
Transformação	6.054	6.141	6.008	6.217	24.420
SIUP	404	410	401	415	1.629
Construção Civil	1.139	1.155	1.130	1.169	4.593
SERVIÇOS	9.214	9.347	9.145	9.463	37.169
Comércio e Serviços de Manutenção e Alojamento e Alimentação	1.994	2.023	1.979	2.048	8.045
Transportes	433	440	430	445	1.748
Serviços de Informação	834	846	828	857	3.365
Intermediação Financeira	296	300	294	304	1.195
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	379	384	376	389	1.529
Serviços Prestados às Empresas	1.026	1.041	1.019	1.054	4.140
Administração Pública	497	505	494	511	2.007
Educação Mercantil	3.072	3.116	3.049	3.155	12.391
Saúde e Serv. Sociais	96	97	95	98	385
Demais serviços (serv. prest às famílias)	222	225	220	228	896
Demais serviços (serv. prest às famílias)	364	370	362	374	1.470
VALOR ADICIONADO - VA	17.963	18.222	17.829	18.448	72.462
IMPOSTO SOBRE PRODUTO LIQUIDO DE SUBSIDIOS	3.663	3.716	3.636	3.762	14.778
PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO	21.626	21.938	21.465	22.211	87.239

CÁLCULO :DEPI/SEPLANCTI/AM

Fonte: SEPLAN

INFORMAÇÕES GERAIS DA ECONOMIA AMAZONENSE

Uma economia baseada na produção industrial, extremamente sensível ao cenário geral brasileiro, e sentindo a retração do seu principal motor econômico, a indústria.



FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.
 NOTA: (*) A EVOLUÇÃO DO EMPREGO REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2013 ESPECIFICA O ESTOQUE DE EMPREGO ANUAL DIVULGADO NA RAIS DE 2013. A EVOLUÇÃO MENSAL DE JANEIRO A NOVENBRO É CALCULADA COM BASE NOS DADOS DO CAGED PARA O SALDO SEM AJUSTE.



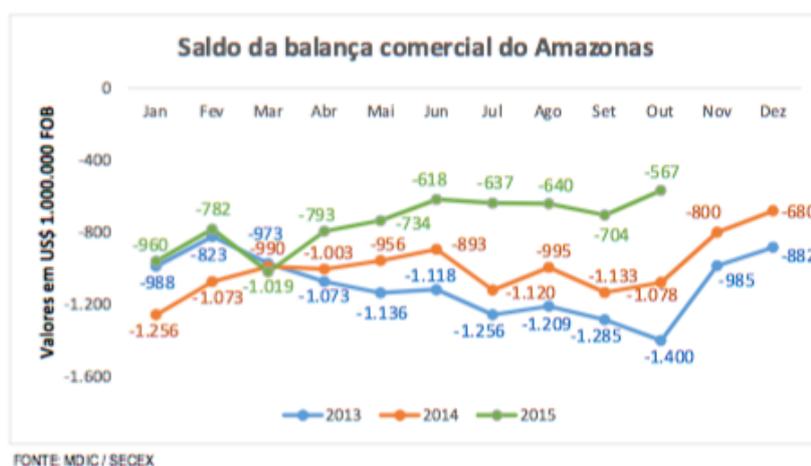
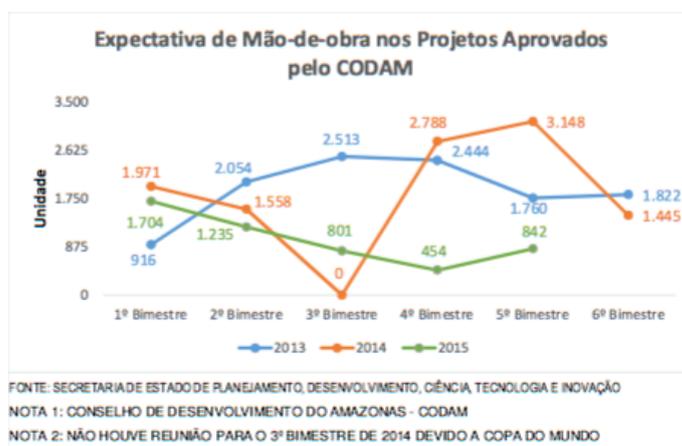
FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.

Fonte: SEPLAN



Fonte: SEPLAN

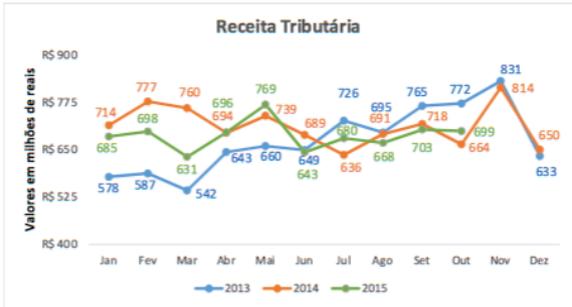
Fonte: SEPLAN



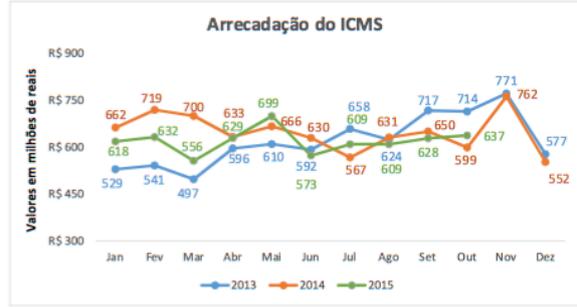
Fonte: SEPLAN



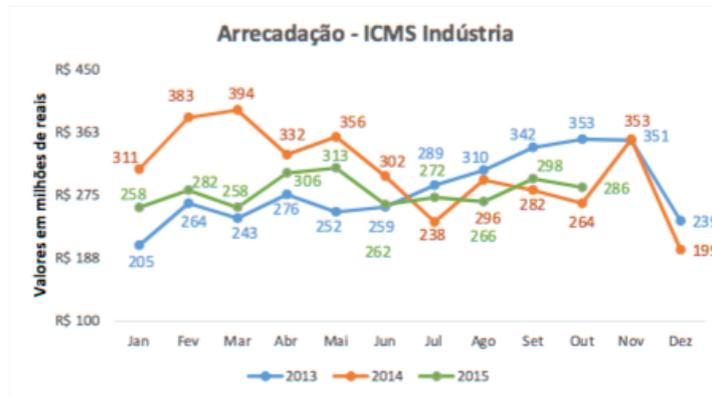
A Arrecadação do Estado do Amazonas



FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

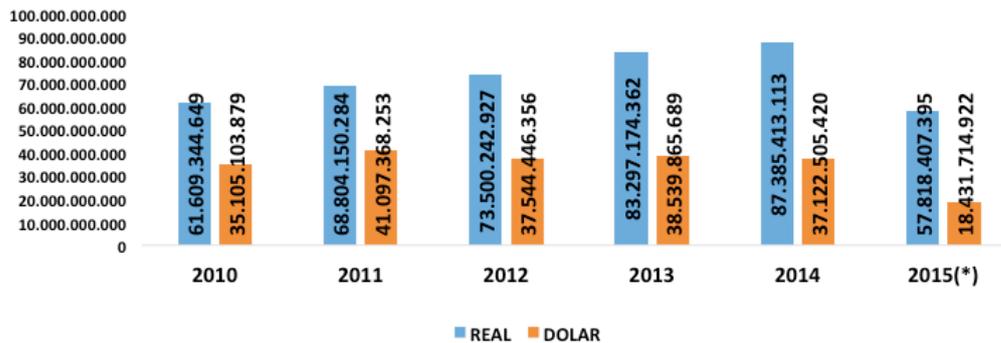


FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Fonte: SEPLAN

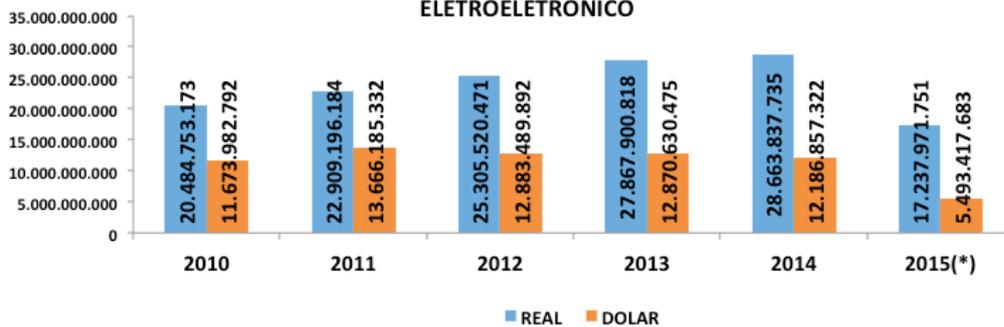
O Polo Industrial de Manaus

FATURAMENTO TOTAL DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS



CRESC. ANUAL		
ANOS	R\$	US\$
2011 / 2010	11,67%	17,06%
2012 / 2011	6,83%	-8,64%
2013 / 2012	13,33%	2,65%
2014 / 2013	4,91%	-3,68%
2015(*) / 2014(*)	-8,03%	-32,85%

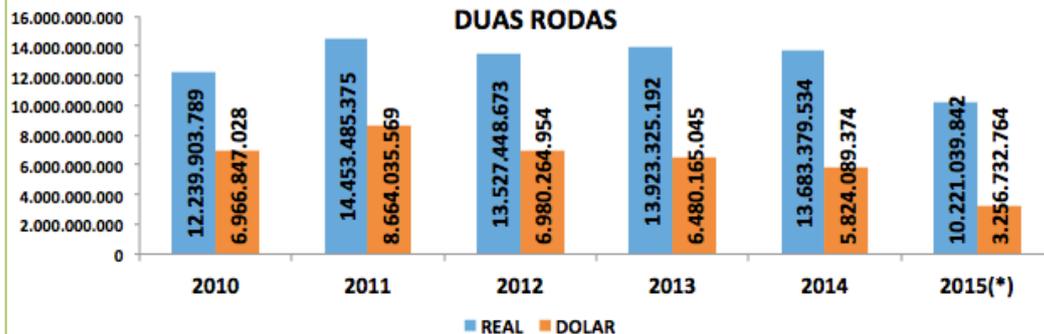
FATURAMENTO DO PIM POR SUBSETORES DE ATIVIDADES ELETROELETRÔNICO



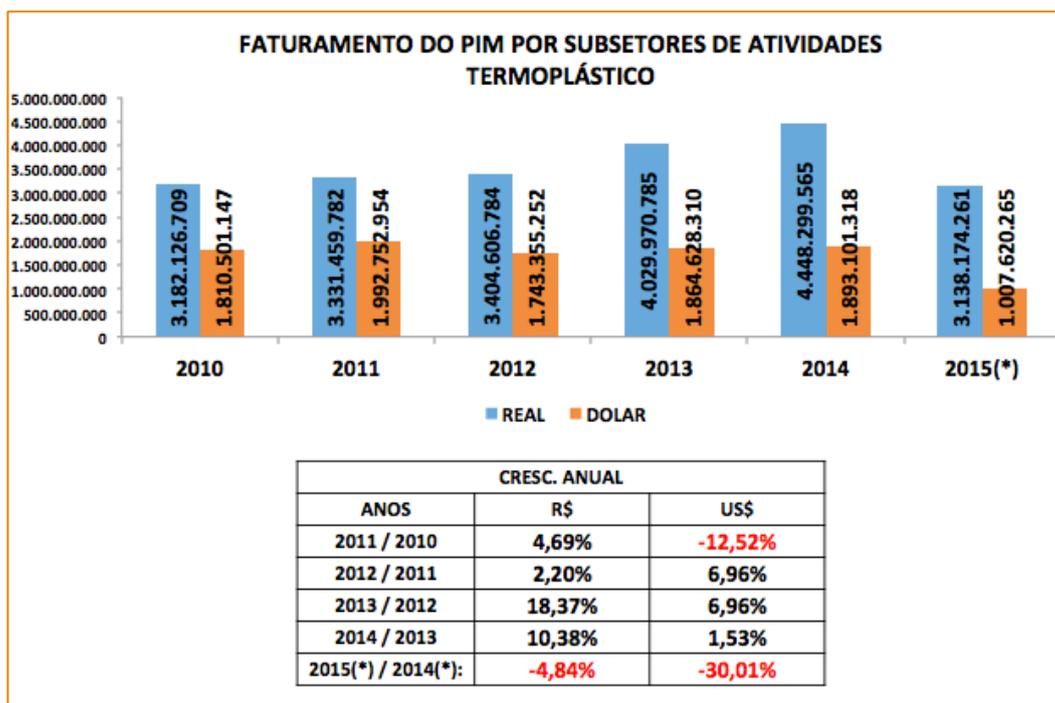
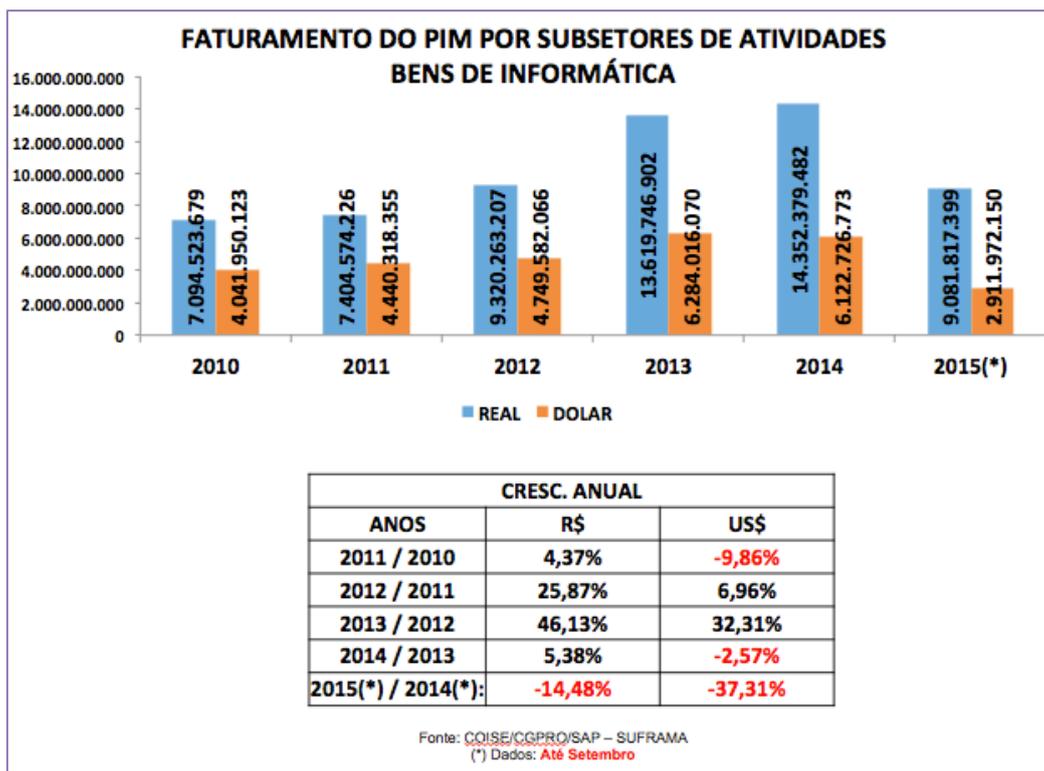
CRESC. ANUAL		
ANOS	R\$	US\$
2011 / 2010	11,84%	17,07%
2012 / 2011	10,46%	-5,73%
2013 / 2012	10,13%	-0,10%
2014 / 2013	2,86%	-5,31%
2015(*) / 2014(*):	-17,85%	-39,96%

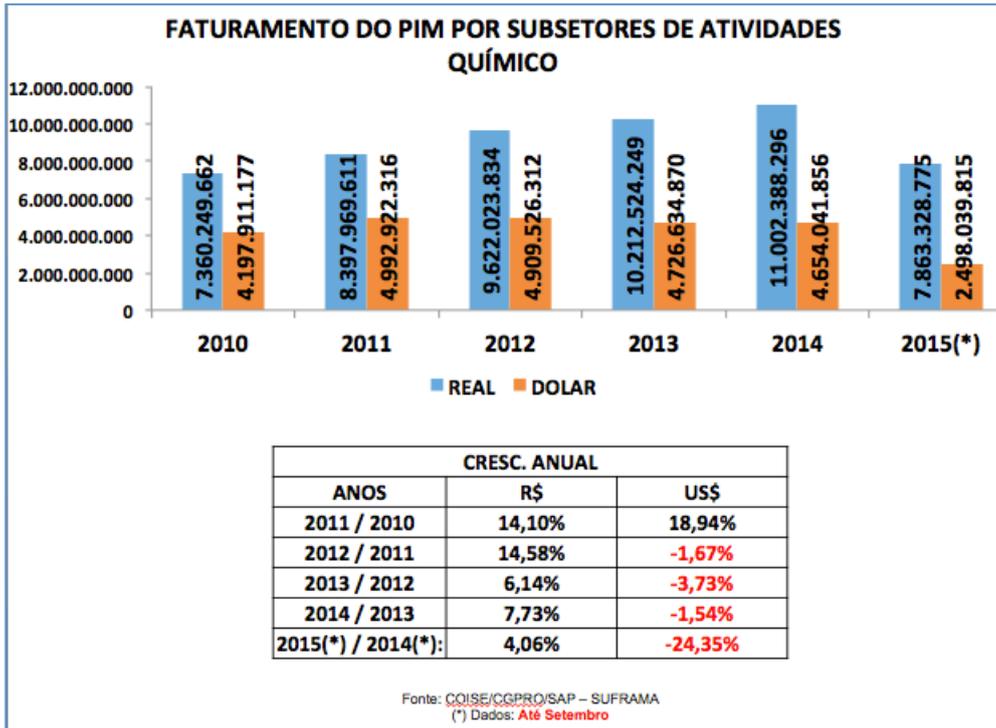
Fonte: COISE/CGPRO/SAP – SUFRAMA
(*) Dados: **Até Setembro**

FATURAMENTO DO PIM POR SUBSETORES DE ATIVIDADES DUAS RODAS

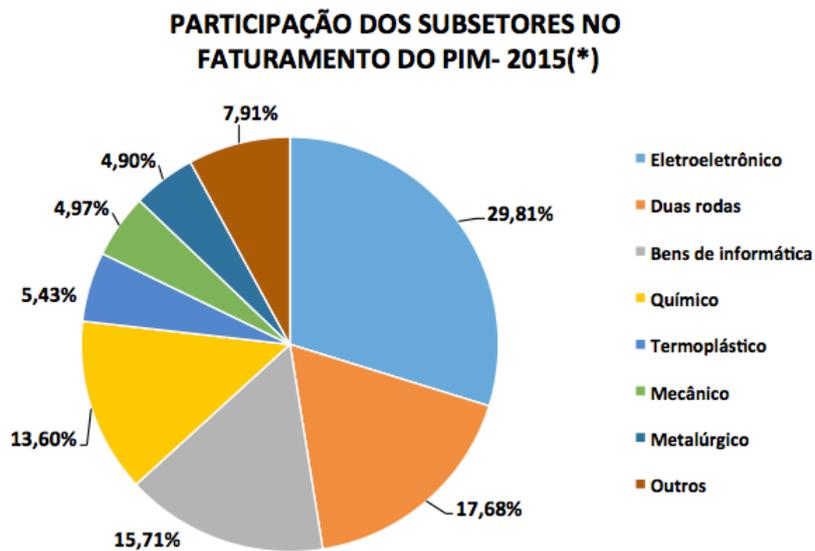


CRESC. ANUAL		
ANOS	R\$	US\$
2011 / 2010	18,08%	24,36%
2012 / 2011	-6,41%	-19,43%
2013 / 2012	2,93%	-7,16%
2014 / 2013	-1,72%	-10,12%
2015(*) / 2014(*):	1,37%	-26,08%





Fonte: COISE/CGPRO/SAP – SUFRAMA
(*) Dados: Até Setembro





DESTAQUES NO FATURAMENTO DE 2014

PRODUTOS	UNIDADE	PRODUÇÃO	2014			
			FATURAMENTO		% NO FATURAMENTO	
			R\$ 1,00	US\$ 1,00	R\$	US\$
TELEVISOR C/ TELA LCD	UNIDADE	12.648.606	12.404.575.704	5.267.884.803	14,29%	14,30%
MOTOCILETAS, MOTO-NETAS E CICLOMOTO	UNIDADE	1.638.999	10.912.814.196	4.645.918.432	12,57%	12,61%
TELEFONE CELULAR	UNIDADE	21.281.290	7.994.563.234	3.415.453.048	9,21%	9,27%
CONDICIONADOR DE AR SPLIT SYSTEM	UNIDADE	4.634.309	3.786.931.737	1.584.357.215	4,36%	4,30%
RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISAO	UNIDADE	13.514.441	2.697.141.257	1.147.720.106	3,11%	3,12%
RELOGIO DE PULSO E BOLSO	UNIDADE	8.916.916	1.281.609.385	544.330.924	1,48%	1,48%
PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (USO EM INFORMATICA)	UNIDADE	26.243.438	1.209.888.675	519.445.526	1,39%	1,41%
FORNO MICROONDAS	UNIDADE	4.841.285	1.155.645.873	490.821.943	1,33%	1,33%
RADIOS APARS/REPRS/GRAVS AUDIO (NÃO PORTÁTIL) INCLUSIVE TOCA DISCO DIG. A LASER	UNIDADE	1.356.655	832.860.993	352.780.099	0,96%	0,96%
AUTO-RADIO E APARS. REPRODUITS. DE AUDIO	UNIDADE	2.403.832	668.775.106	284.773.093	0,77%	0,77%

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – SUFRAMA

TOTAL FATURAMENTO DO PIM 2014	
R\$	US\$
86.792.359.722	36.842.137.105

DESTAQUES NO FATURAMENTO DE 2015(*)

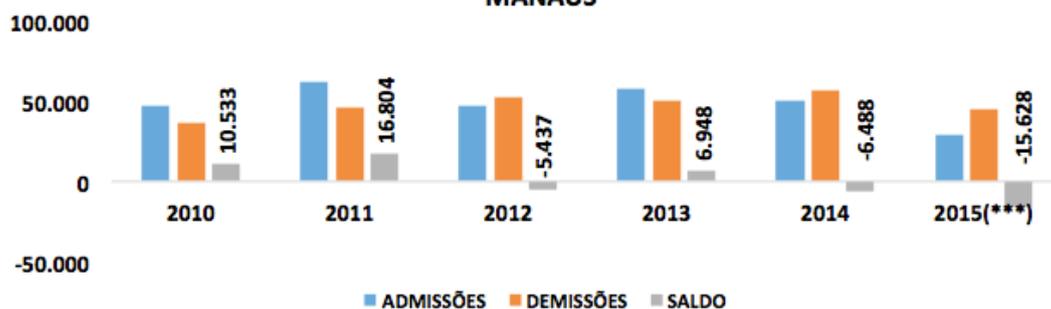
PRODUTOS	UNIDADE	PRODUÇÃO 2015(*)	2015(*)			
			FATURAMENTO		% NO FATURAMENTO	
			R\$ 1,00	US\$ 1,00	R\$	US\$
TELEVISOR C/ TELA LCD	UNIDADE	7.530.974	8.378.505.926	2.675.294.199	14,49%	14,51%
MOTOCILETAS, MOTONETAS E CICLOMOTO	UNIDADE	1.030.017	8.114.594.252	2.585.684.595	14,03%	14,03%
TELEFONE CELULAR	UNIDADE	10.606.441	5.335.026.623	1.719.432.124	9,23%	9,33%
CONDICIONADOR DE AR SPLIT SYSTEM	UNIDADE	2.629.619	2.112.750.793	661.082.434	3,65%	3,59%
RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISAO	UNIDADE	8.098.561	1.572.800.214	506.700.530	2,72%	2,75%
RELOGIO DE PULSO E BOLSO	UNIDADE	7.287.619	916.228.793	289.354.174	1,58%	1,57%
TELEJOGO	UNIDADE	746.631	719.980.274	220.630.535	1,25%	1,20%
PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (USO EM INFORMATICA)	UNIDADE	8.758.967	711.401.524	224.966.487	1,23%	1,22%
FORNO MICROONDAS	UNIDADE	2.853.010	710.843.720	230.052.078	1,23%	1,25%
AUTO-RADIO E APARS. REPRODUITS. DE AUDIO	UNIDADE	1.918.431	598.725.998	189.850.955	1,04%	1,03%

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – SUFRAMA

(*) Dados: Até Setembro

TOTAL FATURAMENTO DO PIM 2015	
R\$	US\$
57.818.407.395	18.431.714.922

MOVIMENTAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA(*) DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS



ANO	MÃO-DE-OBRA(*)			MÉDIA MENSAL DE MÃO-DE-OBRA	MÉDIA MENSAL DE EMPRESAS(**)
	ADMISSÕES	DEMISSÕES	SALDO		
2010	47.008	36.475	10.533	103.663	431
2011	62.299	45.495	16.804	119.985	448
2012	46.933	52.370	-5.437	120.288	467
2013	57.328	50.380	6.948	121.631	480
2014	49.952	56.440	-6.488	122.116	490
2015(***)	28.822	44.450	-15.628	108.411	476

(*) Somente Mão-de-Obra Efetiva
 (**) Mão-de-Obra Efetiva + Temporária + Terceirizada
 (***) Dados Parciais até Setembro. Correspondentes a média mensal de Empresas informantes do Sistema de Indicadores Industriais, com Projetos Plenos Aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA.
 OBS.: Refere-se a acompanhamento conjuntural junto as empresas incentivadas.
 FONTE: COISE/CGPRO/SAP

BRASIL - ADMITIDOS, DESLIGADOS E SALDO DE SETEMBRO 2015 - SEM AJUSTE POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO					
RANKING	Nível Geográfico	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	VARIAÇÃO RELATIVA (%)
	BRASIL	1.326.735	1.422.337	-95.602	-0,24
1º	PERNAMBUCO	52.583	37.335	15.248	1,16
2º	ALAGOAS	19.658	8.451	11.207	3,27
3º	RIO GRANDE DO NORTE	14.493	12.321	2.172	0,49
4º	SERGIPE	10.296	8.621	1.675	0,56
5º	PARAIBA	12.581	11.382	1.199	0,29
6º	RORAIMA	1.830	1.480	350	0,68
7º	PIAUI	10.352	10.088	264	0,09
8º	MARANHAO	14.153	13.932	221	0,05
9º	ACRE	2.636	2.758	-122	-0,14
10º	AMAPA	1.765	1.932	-167	-0,2
11º	TOCANTINS	5.774	6.228	-454	-0,26
12º	DISTRITO FEDERAL	23.865	24.387	-522	-0,06
13º	RONDONIA	10.393	11.119	-726	-0,29
14º	PARA	27.011	27.752	-741	-0,09
15º	MATO GROSSO	32.506	33.719	-1.213	-0,18
16º	CEARA	38.587	40.095	-1.508	-0,12
17º	AMAZONAS	12.959	14.569	-1.610	-0,36
18º	ESPIRITO SANTO	25.668	28.070	-2.402	-0,31
19º	MATO GROSSO DO SUL	19.770	22.585	-2.815	-0,55
20º	BAHIA	50.830	55.190	-4.360	-0,24
21º	GOIAS	47.919	52.327	-4.408	-0,35
22º	SANTA CATARINA	74.839	79.264	-4.425	-0,22
23º	RIO DE JANEIRO	120.150	127.660	-7.510	-0,2
24º	RIO GRANDE DO SUL	85.651	93.842	-8.191	-0,31
25º	PARANA	92.963	101.435	-8.472	-0,31
26º	MINAS GERAIS	136.902	169.325	-32.423	-0,77
27º	SAO PAULO	380.601	426.470	-45.869	-0,36

Fonte: CAGED - Lei 4.923/65 Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE



Exportação líquida de recursos do Amazonas para União, em R\$ milhões						
Recursos enviados e recebidos	2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Arrecadação Federal	8.958,75	-	12.967,07	-	13.716,63	-
Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	3.779,60	42,19%	3.585,50	27,65%	3.912,64	28,52%
Recursos Líquidos Exportados	5.179,15	-	9.381,57	-	9.803,99	-

Arrecadação: www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/PorEstado/default.htm, acessado em 25/07/2015

Transferências: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/downloads/>, acessado em 25/07/2015

Nota: As transferências constitucionais e as decorrentes de legislação específica se referem ao Programa Código 905.

Arrecadação Federal na 2a. Região Fiscal da Receita Federal do Brasil, em R\$ milhões						
Estados	2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amazonas	8.958,75	56,74%	12.967,07	47,86%	13.716,63	47,12%
Demais (AC/AP/PA/RO/RR)	6.829,99	43,26%	14.126,37	52,14%	15.393,28	52,88%
TOTAL	15.788,74	100,00%	27.093,44	100,00%	29.109,91	100,00%

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/PorEstado/default.htm, acessado em 23/05/2015

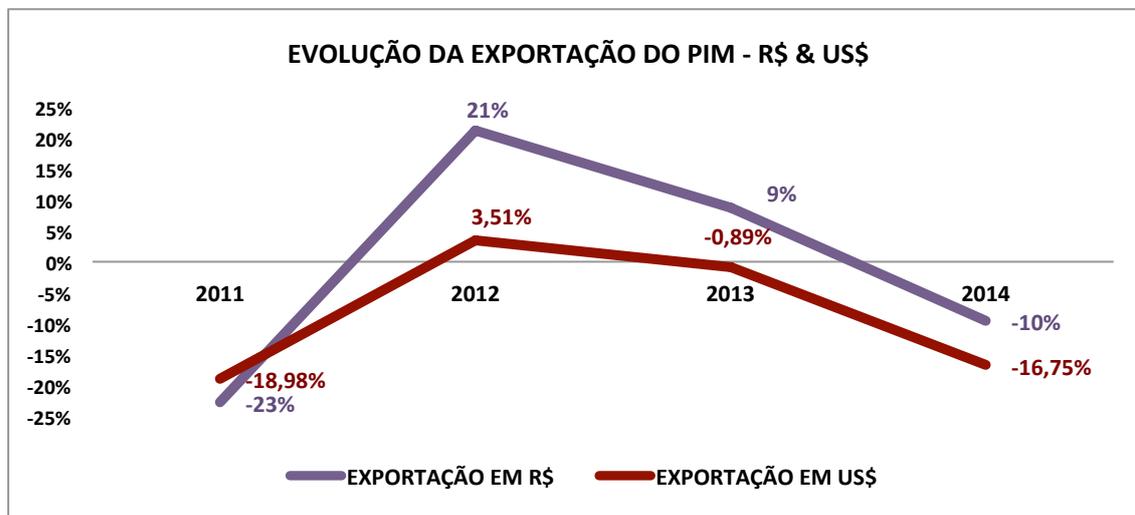
Nota: A 2ª região fiscal da Receita Federal do Brasil equivale à região Norte exclusive o estado de Tocantis

Demonstrativo dos Gastos Tributários (Renúncia Fiscal) por região, em R\$ bilhões								
Região	Estimativas Bases Efetivas 2012							
	2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Norte	24,17	15,9%	26,74	14,7%	30,89	13,7%	31,33	12,3%
Nordeste	18,48	12,1%	22,12	12,1%	26,04	11,5%	29,04	11,4%
Centro Oeste	10,66	7,0%	13,08	7,2%	16,35	7,2%	18,34	7,2%
Sudeste	75,11	49,3%	90,84	49,8%	115,91	51,4%	134,57	53,0%
Sul	23,98	15,7%	29,64	16,2%	36,45	16,2%	40,61	16,0%
Total	152,4	100,0%	182,42	100,0%	225,64	100,0%	253,89	100,0%

Fonte: <https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/gastos-tributarios/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/arquivos-e-imagens/dgt-bases-efetivas-2012-serie-2010-a-2014-final.pdf>, acessado em 24/07/2015

Em 2014 as exportações do PIM representavam apenas 1,95% do Faturamento, e nos últimos 04 anos tem tido resultado semelhante.

Valores acumulados - anuais

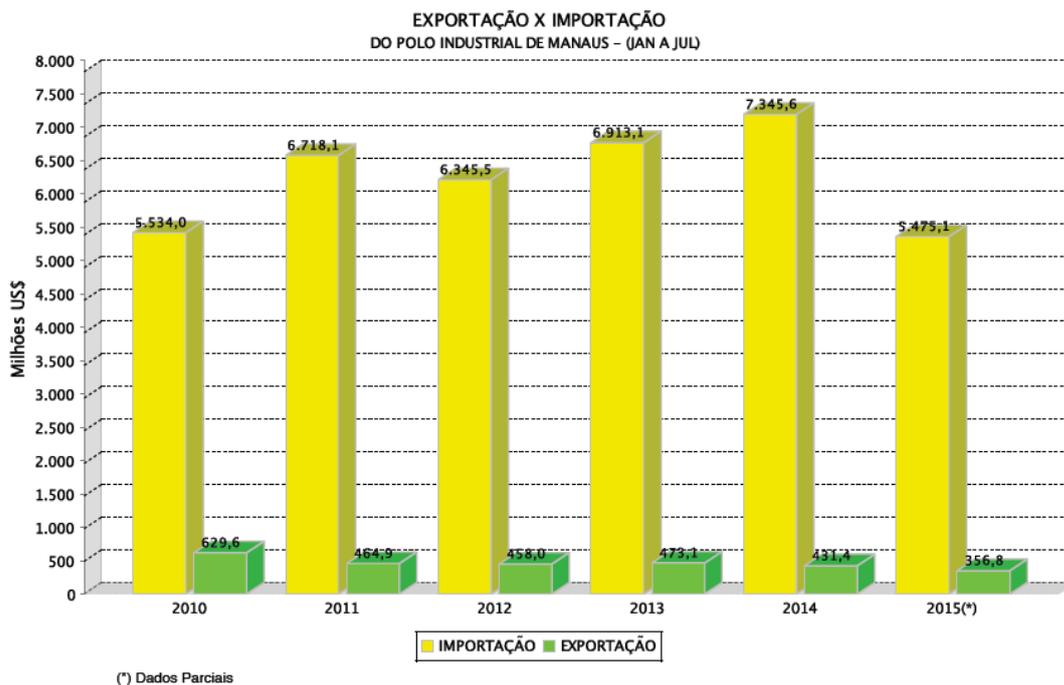


Fonte: SUFRAMA, Elaboração: MB Consultoria

Valores acumulados - anuais

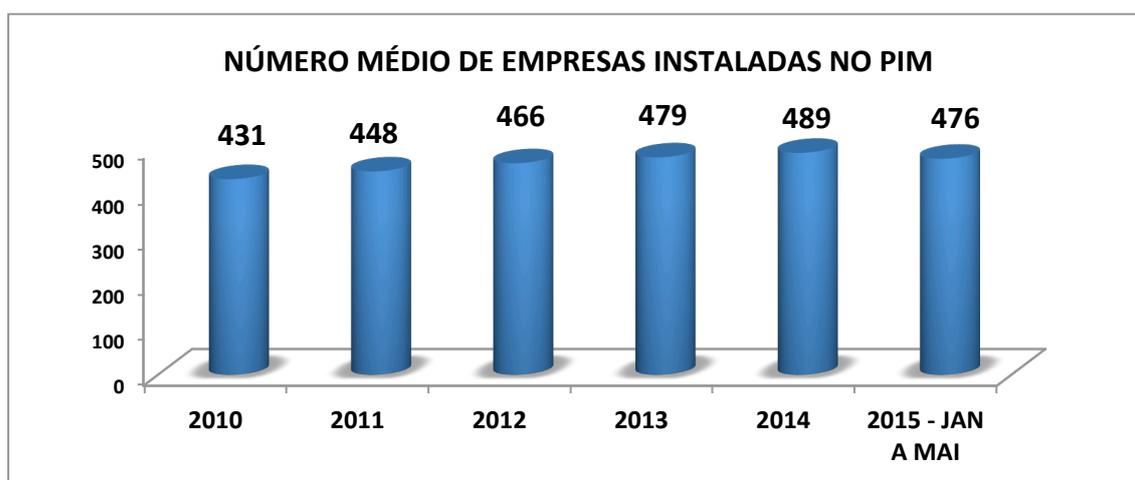


Fonte: SUFRAMA, Elaboração: MB Consultoria



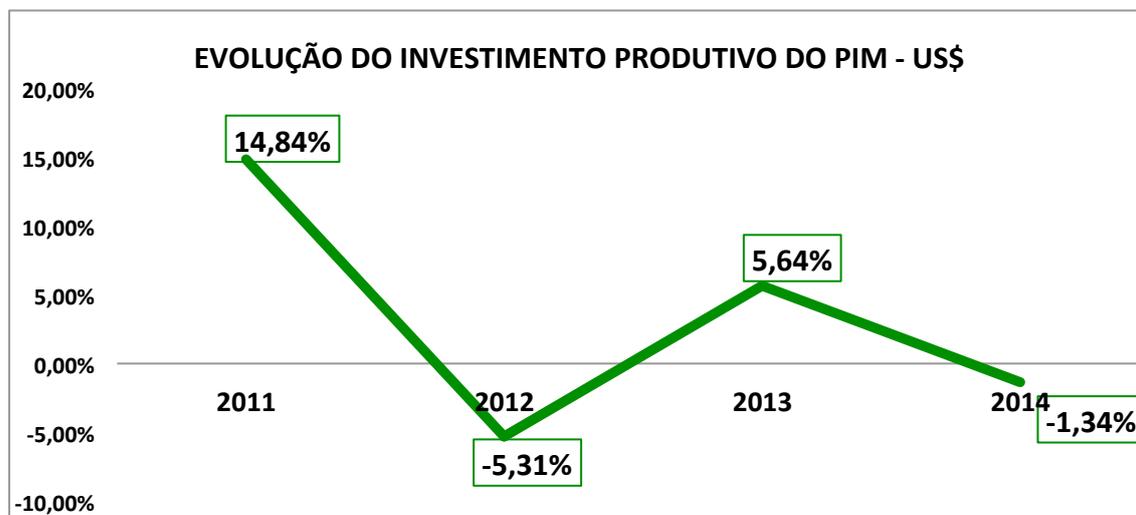
Fonte: SUFRAMA

O número de empresas instaladas no PIM tem ficado na média de 465 empresas, segundo dados da SUFRAMA, este número corresponde a média mensal de Empresas informantes do Sistema de Indicadores Industriais, com Projetos Plenos Aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA.

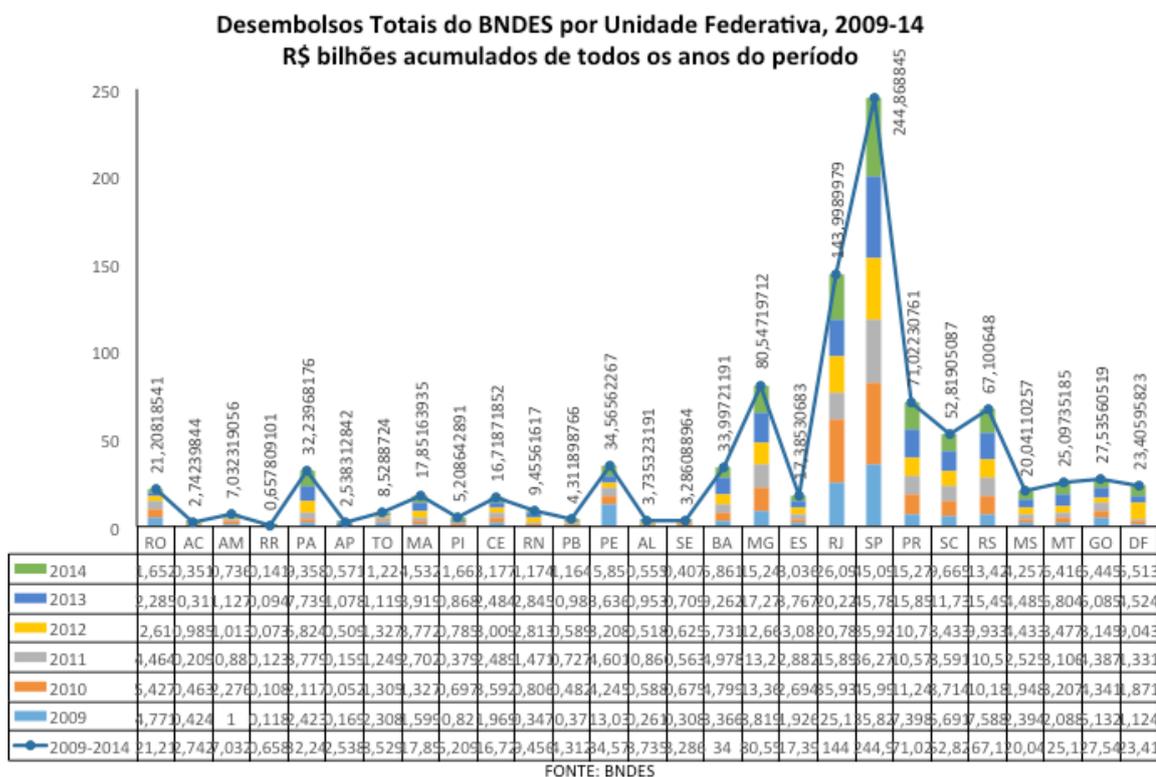


Fonte: SUFRAMA, Elaboração: MB Consultoria

A evolução do investimento produtivo no PIM percebeu uma queda de 2013 a 2014, mas em proporções menores que a queda do faturamento.

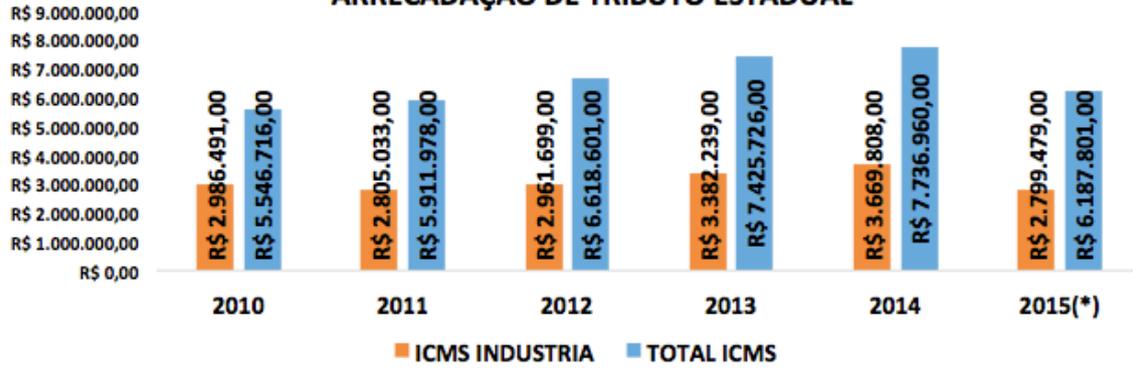


Fonte: SUFRAMA, Elaboração: MB Consultoria





ARRECAÇÃO DE TRIBUTO ESTADUAL

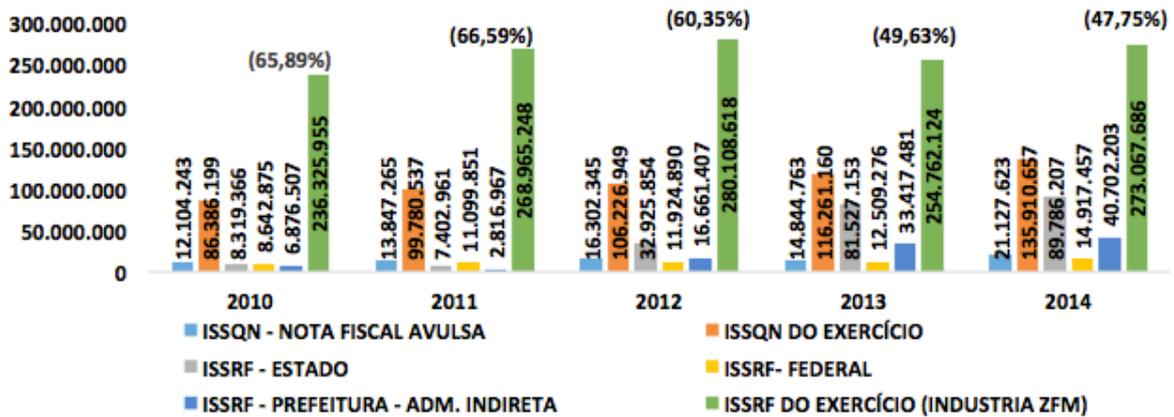


NOTA: Arrecadação em milhares de reais
 (*) - Até Outubro
 FONTE: E-Siga/ GANS /DEARC - SEFAZ



95% do ICMS do Estado do Amazonas é arrecadado em Manaus

ARRECAÇÃO DE TRIBUTO MUNICIPAL (ISS)



FONTE: Business Intelligence (BI) da Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno (Semef)

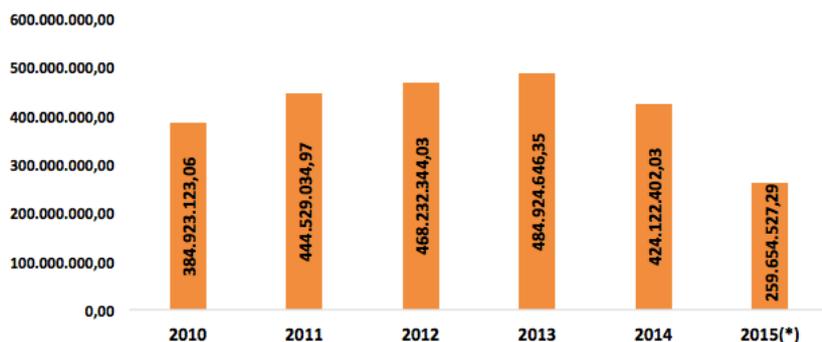
TOTAL GERAL DA ARRECAÇÃO DE ISS	2010	2011	2012	2013	2014
	358.655.145	403.912.829	464.150.063	513.321.957	575.511.833

Sem considerar cobrança de IPTU e Alvará de funcionamento.

Além dos impostos temos taxas as indústrias da Zona Franca de Manaus recolhem, além dos impostos – Federal, Estadual e Municipal – taxas para a União e para o Estado do Amazonas.

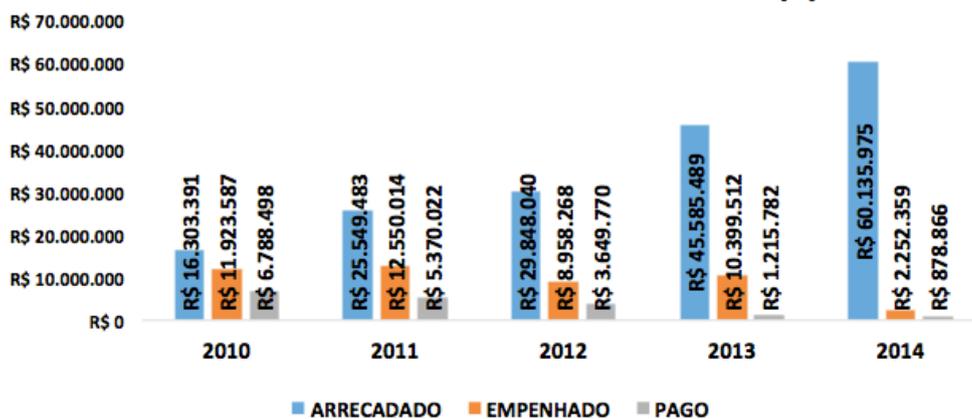
Taxas não entram no orçamento do Poder Público e tem finalidade específica.

TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS TSA RECEITA REALIZADA (R\$)



FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
(*)- Até 17 de Novembro de 2015

Recolhimento de P&D- Federal (*)

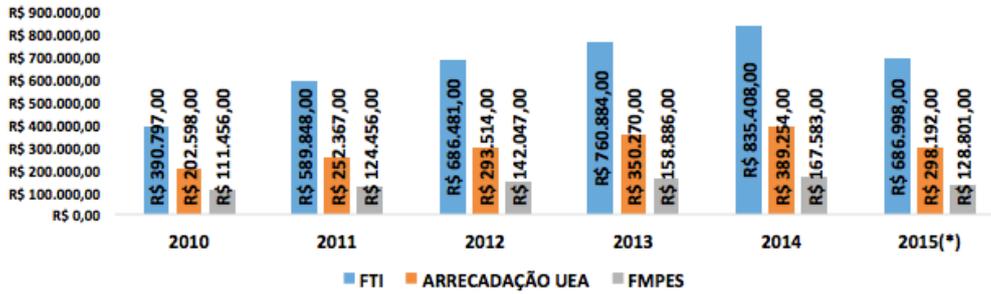


(*) Recurso administrado pelo CAPDA – 0,5%

FONTE: MCTI



TAXAS ESTADUAIS



NOTA: Arrecadação em milhares de reais
 (*) - Até Outubro
 FONTE: E-Siga/ GANS /DEARC - SEFAZ

TOTAL FTI: R\$3.950.416,00
TOTAL UEA: R\$ 1.786.195,00
TOTAL FMPES: R\$ 833.229,00

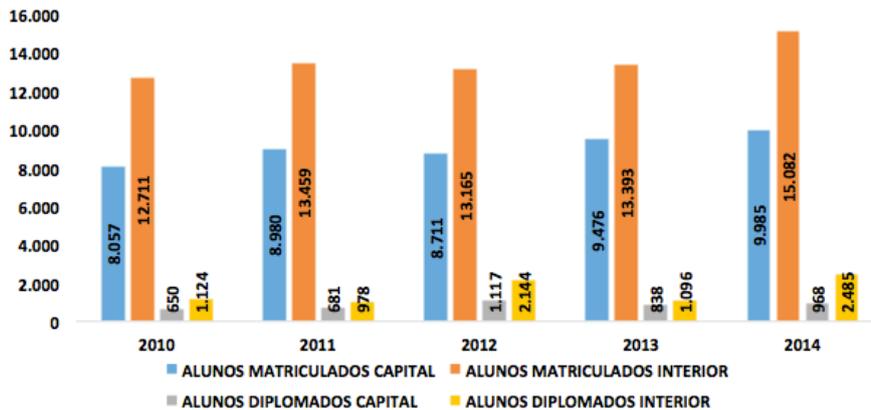


Total nos últimos 5 anos R\$ 6.569.840,00

Em 2014 R\$1.392.245,00

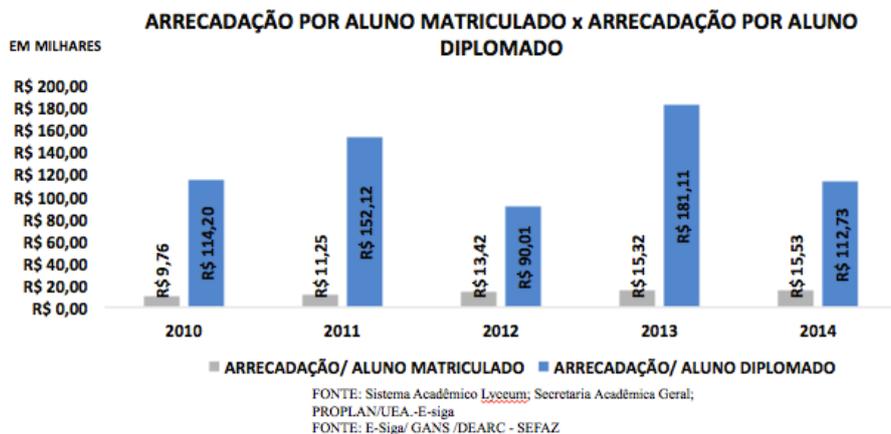
UEA EM NÚMEROS

ALUNOS MATRICULADOS X ALUNOS DIPLOMADOS



FONTE: Sistema Acadêmico Lyceum; Secretaria Acadêmica Geral; PROPLAN/UEA.-E-siga

UEA EM NÚMEROS



Segundo Wilson Périco, alguns pontos são referências como alternativas para o Estado do Amazonas:

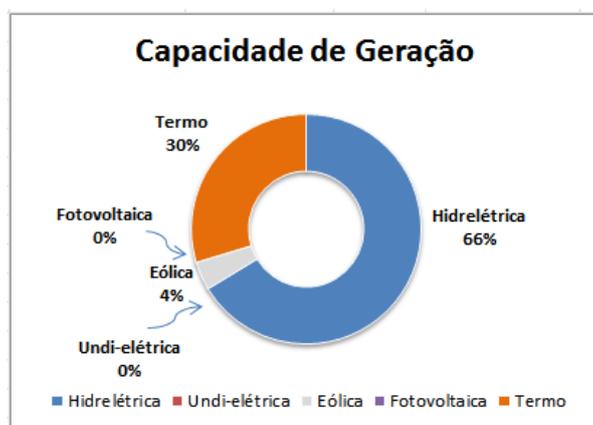
- ✓ O Estado não pode continuar sendo réfém de Brasília;
- ✓ O Estado não pode continuar tão dependente da Capital;
- ✓ Precisamos preservar nosso modelo de sustentação – PIM – o máximo possível;
- ✓ Precisamos desenvolver novas matrizes economicas fora dos muros de Manaus, nos demais municipios de nosso Estado;
 - Turismo, Minérios, Minerais, Pscicultura, Agricultura, Cosméticos, Fármacos, Nutraceuticos, entre outras possibilidades mas identificando mecanismos de agregação de valor .
- ✓ Sabemos das questões “ambientais”, no entanto não podemos aceitar: Não dá. Não pode. Temos é que buscar quem nos diga o como devemos, como podemos desenvolver aquilo que **“PRECISAMOS”** seja feito.



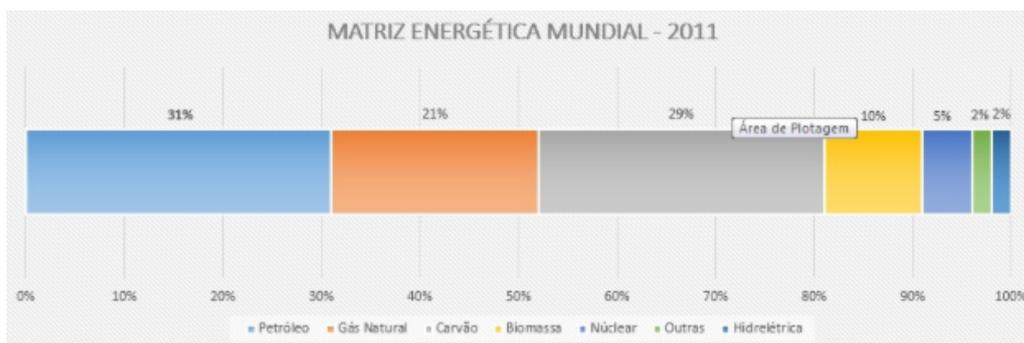
V - PANORAMA: CENÁRIO ENERGIA E LOGÍSTICA

Matriz Energética Brasileira

Não é novidade que a metade da energia que produzimos vem de usinas hidrelétricas. Como você pode ver no gráfico abaixo, cerca de 66% da energia elétrica produzida no Brasil é produzida vem de usinas hidrelétricas. Dados de 2013.

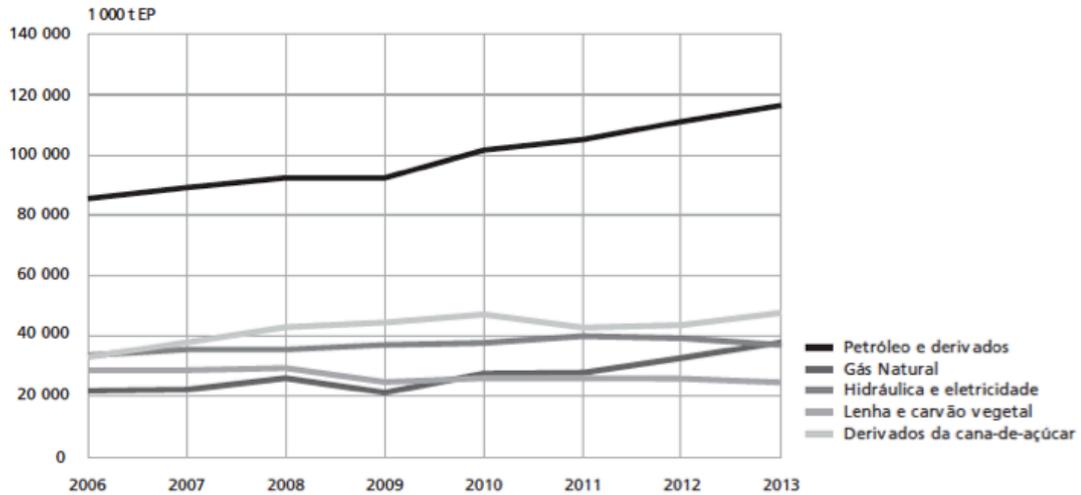


A matriz energética brasileira é bem divergente da matriz energética mundial em 2011.





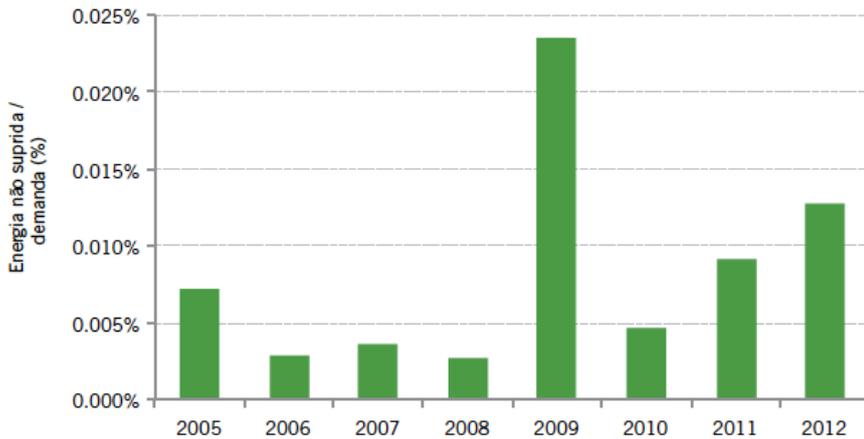
Evolução da oferta interna de energia no Brasil - 2006 a 2013.



Fonte: Balanço energético nacional 2014. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética - EPE, 2014. Ano base 2013. Disponível em: <<https://ben.epe.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2015.

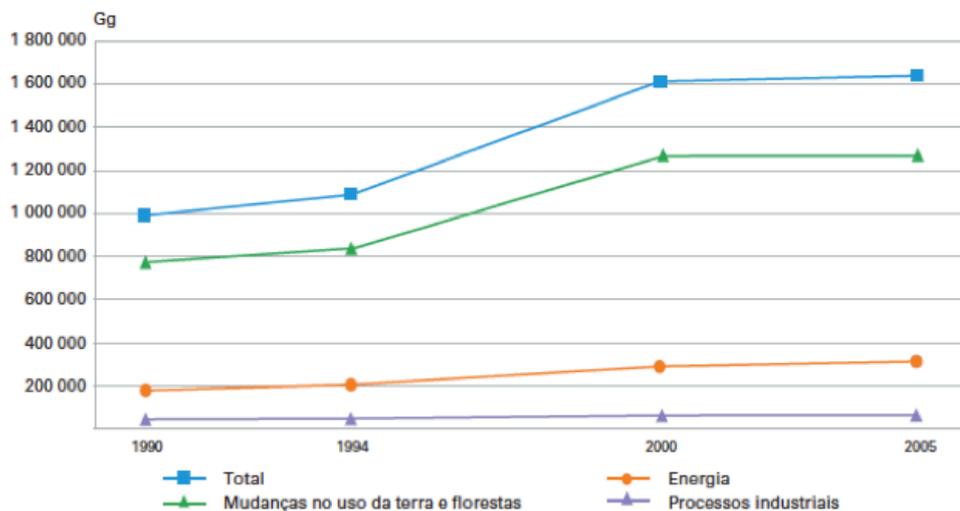
Fonte: IBGE

Neste gráfico podemos avaliar a confiabilidade pela magnitude da energia não suprida, isto é, a quantidade de energia demandada pelo consumidor que deixou de ser fornecida devido a interrupções.



Fonte: ONS.

Estimativa das emissões líquidas de origem antrópica de gás carbônico (CO₂), por setor de emissão Brasil - 1990 / 2005



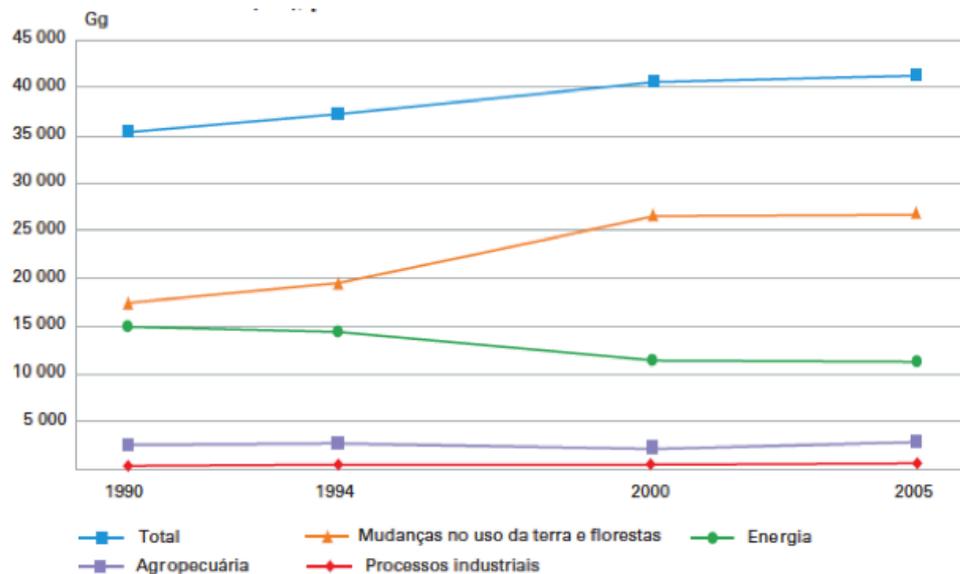
Fonte: Segunda comunicação nacional do Brasil à convenção-quadro das nações unidas sobre mudança do clima. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010. v. 1. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/326751.html>>. Acesso em: mar. 2015.

Notas: 1. Gg = 1000 t.

2. O setor de tratamento de resíduos apresenta valores baixos, em comparação com os demais setores de emissão de gás carbônico (24 Gg, 63 Gg, 92 Gg e 110 Gg para 1990, 1994, 2000 e 2005, respectivamente), por isso não foi representado no gráfico.

Fonte: IBGE

Estimativa das emissões de origem antrópica de monóxido de carbono (CO), por setores de emissão Brasil - 1990 / 2005



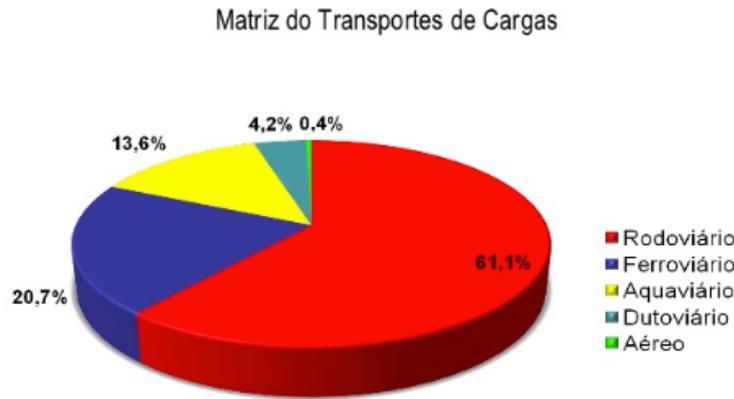
Fonte: Segunda comunicação nacional do Brasil à convenção-quadro das nações unidas sobre mudança do clima. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010. v. 1. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/326751.html>>. Acesso em: mar. 2015.

Nota: Gg = 1 000 t.

Fonte: IBGE



Matriz Logística Brasileira

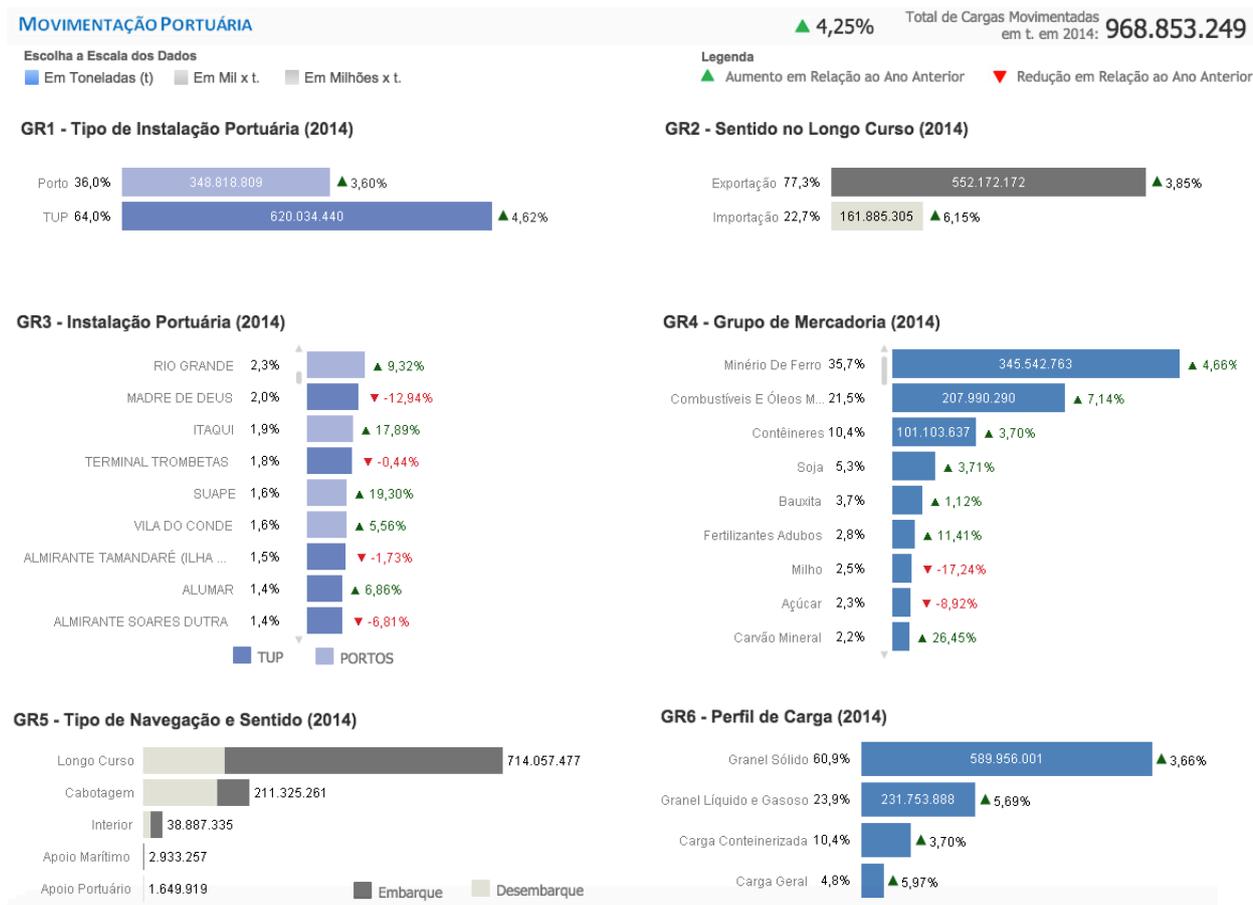


Fonte: CNT 2009

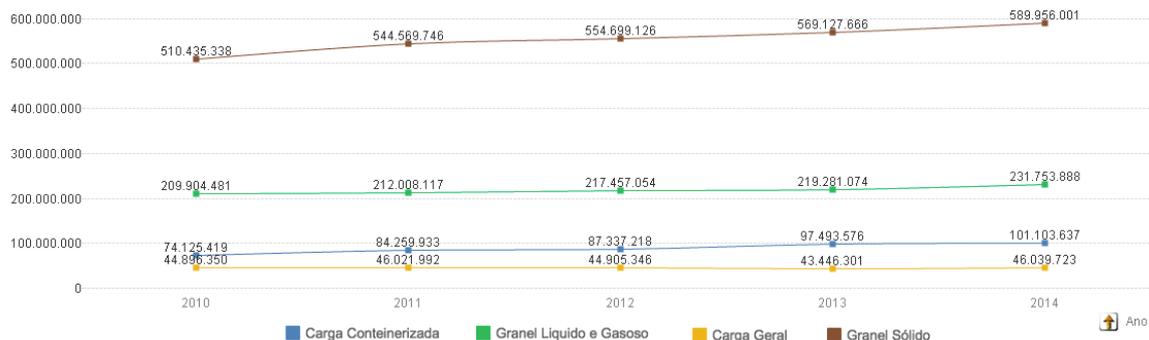
Como já fartamente discutido, a ainda precária infraestrutura brasileira continuará forçando para cima os custos logísticos. E com custos altos, ou sem uma infraestrutura logística adequada, compromete-se o crescimento de qualquer país bem como o desempenho das empresas.

Sabemos que a médio e longo prazo, o crescimento só é sustentado a partir de condições de infraestrutura para suporte à base da economia. E além dos itens educação, saúde e segurança, correta e justamente defendidos, há que se dar prioridade também aos investimentos em infraestrutura logística, pois quando isso não acontece, os resultados são conhecidos: dimensão irrisória, se comparada com o tamanho do país; matriz de transporte dependente demasiadamente do modal rodoviário; qualidade aquém das exigências mínimas; e altos custos.

Informações sobre a Movimentação Portuária em 2014 - Brasil:



GR7 - Evolução por Perfil de Carga



Fonte: ANTAQ



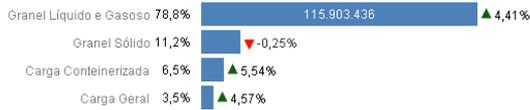
Informações sobre a Movimentação de Cabotagem em 2014.

Brasil:

TRANSPORTE VIA CABOTAGEM ▲ 2,97% Total de Cargas Movimentadas em t. em 2014: **211.325.261** ▲ 3,94% Total de Cargas Transportadas em t. em 2014: **147.141.320**

Escolha a Escala dos Dados: Em Toneladas (t) Em Mil x t. Em Milhões x t. **Legenda** ▲ Aumento em Relação ao Ano Anterior ▼ Redução em Relação ao Ano Anterior

GR14 - Perfil de Carga (2014)



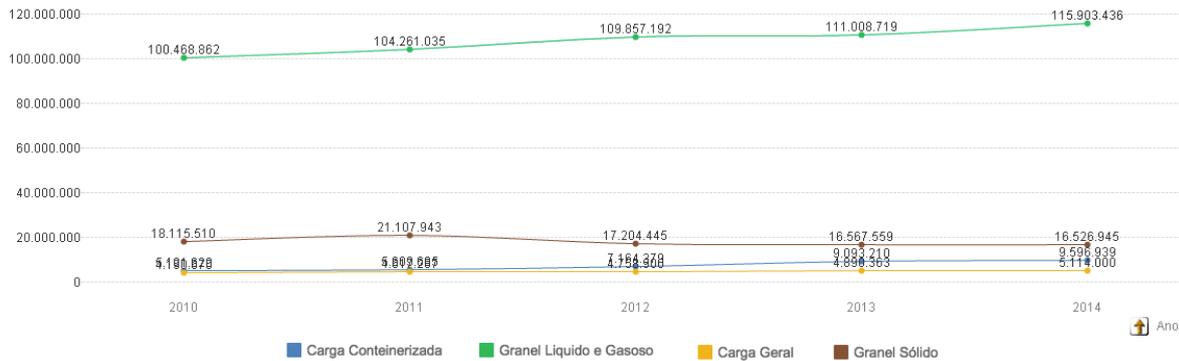
GR16 - Grupo de Mercadoria (2014)



GR15 - Tipo de Instalação Portuária (2014)



GR17 - Evolução por Perfil de Carga



Fonte: ANTAQ

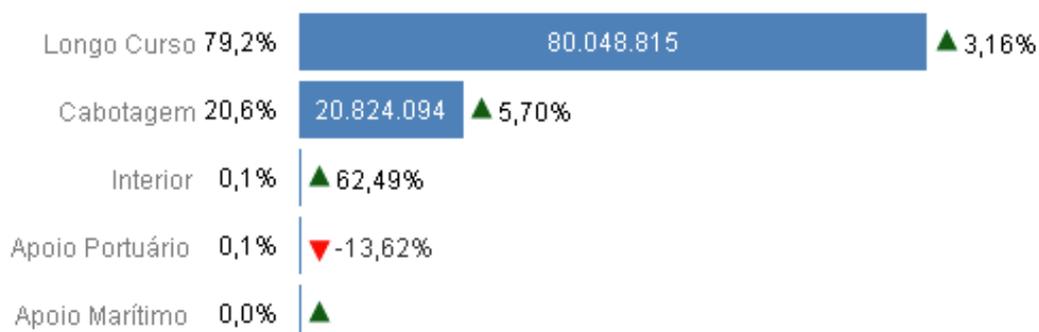
Informações sobre a Movimentação de Containeres 2014 - Brasil - 2014

MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

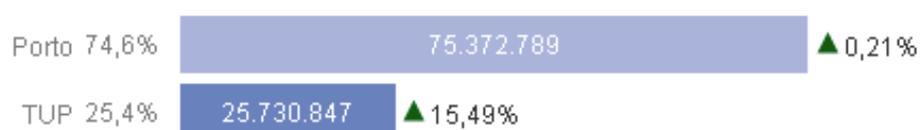
Escolha a Medida dos Gráficos

(u) Unidade (t) Tonelada (TEU) Twenty Feet Equivalent Unit

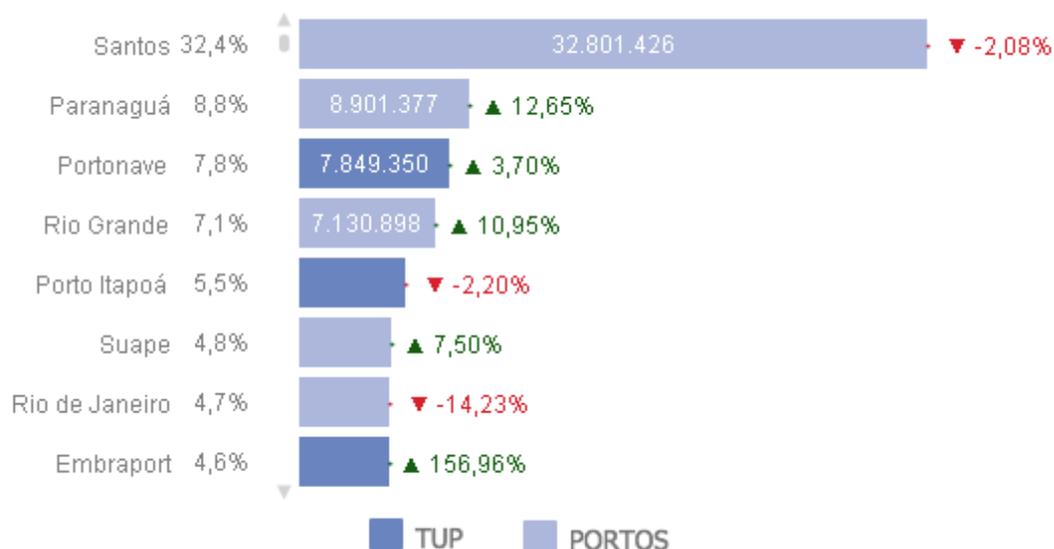
GR30 - Tipo de Navegação (2014)



GR32 - Tipo de Instalação Portuária (2014)



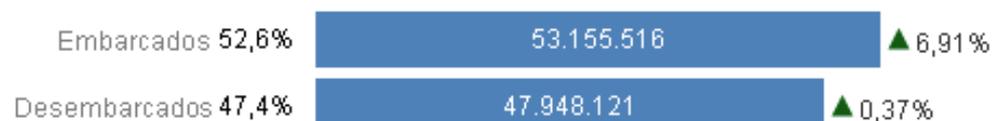
GR33 - Instalação Portuária (2014)



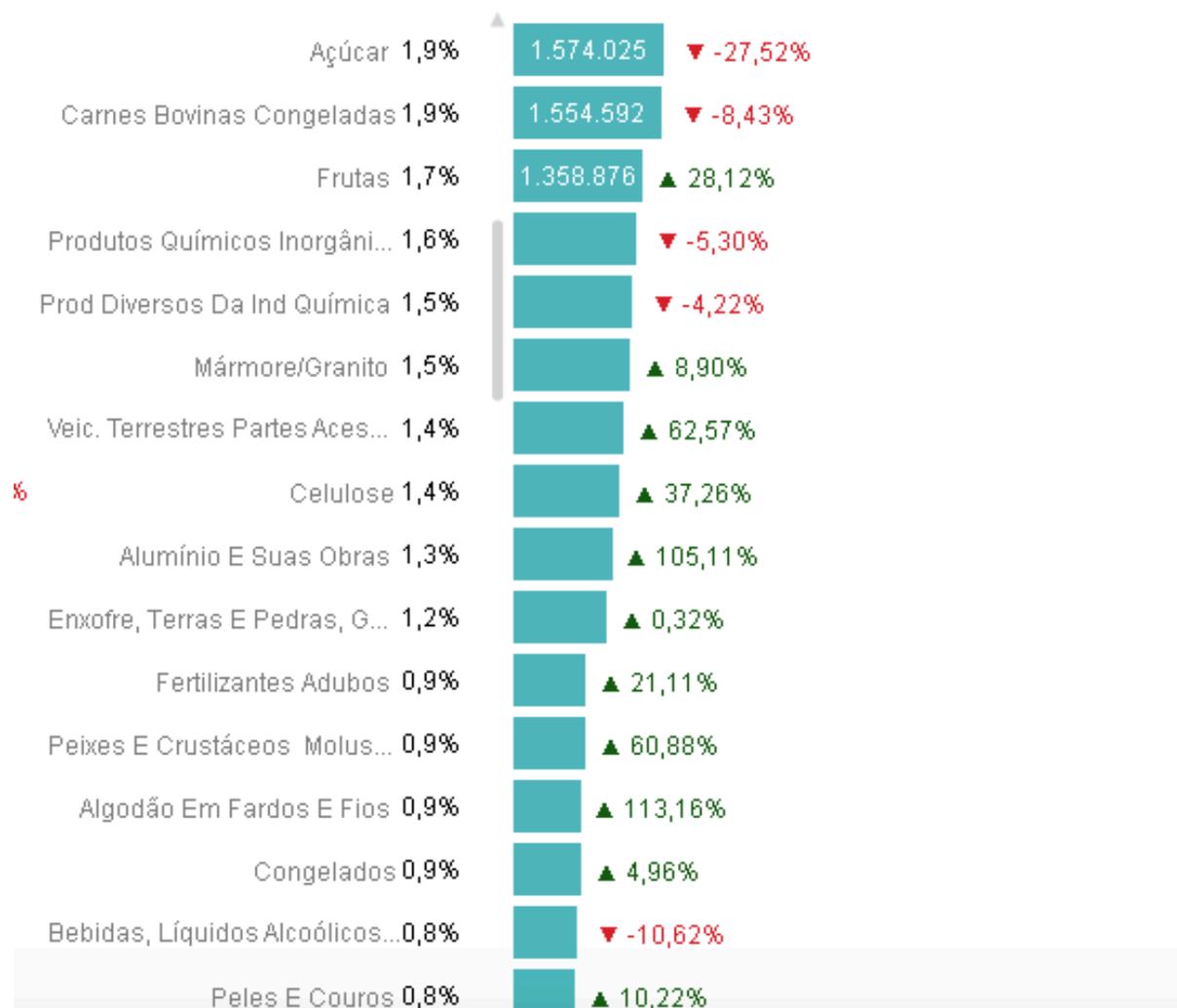
Fonte: ANTAQ



GR31 - Perfil de Carga (2014)



GR34 - Peso Líquido das Mercadorias Containerizadas (2014)



Fonte: ANTAQ

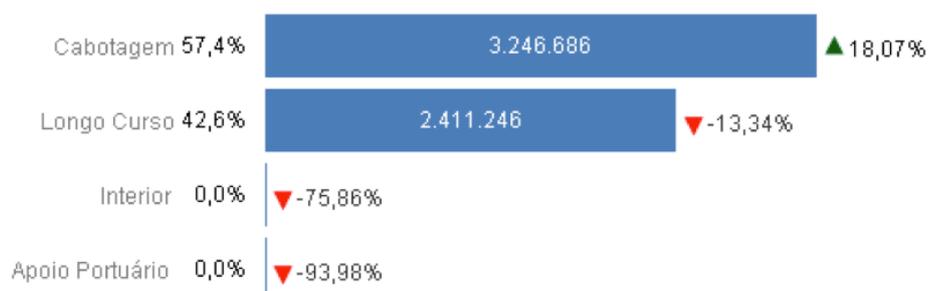
Informações sobre a Movimentação de Containeres - 2014 - AMAZONAS

MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

Escolha a Medida dos Gráficos

(u) Unidade (t) Tonelada (TEU) Twenty Feet Equivalent Unit

GR30 - Tipo de Navegação (2014)



GR32 -Tipo de Instalação Portuária (2014)

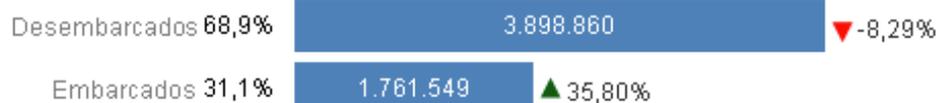


Fonte: ANTAQ

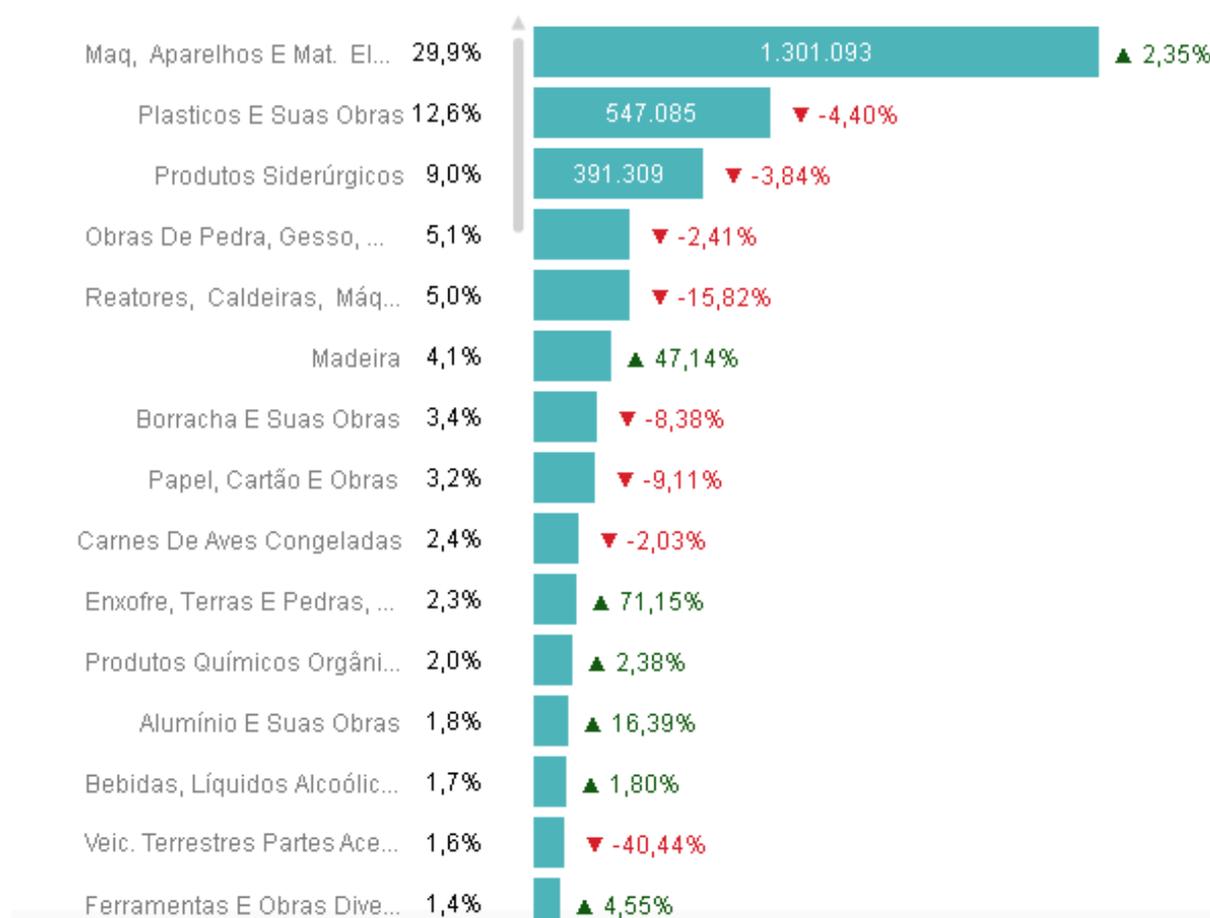


Informações sobre a Movimentação de Contêineres - 2014 - AMAZONAS

GR31 - Perfil de Carga (2014)



GR34 - Peso Líquido das Mercadorias Containerizadas (2014)



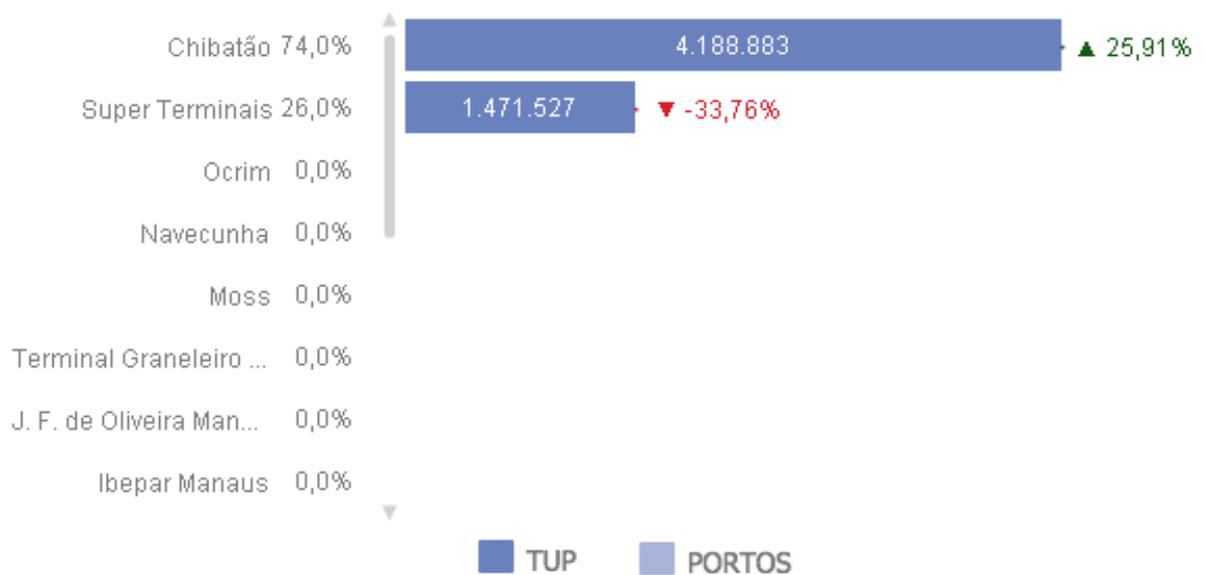
Fonte: ANTAQ

Informações sobre a Movimentação de Containeres - 2014 - AMAZONAS

GR32 -Tipo de Instalação Portuária (2014)



GR33 - Instalação Portuária (2014)

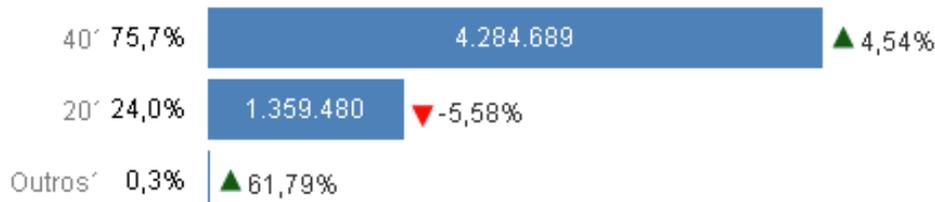


Fonte: ANTAQ

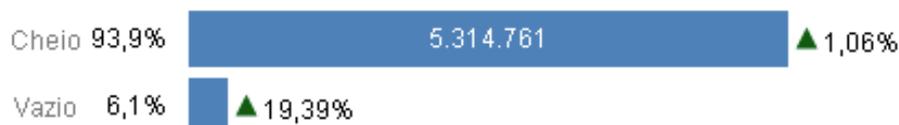


Informações sobre a Movimentação de Contêineres - 2014 - AMAZONAS

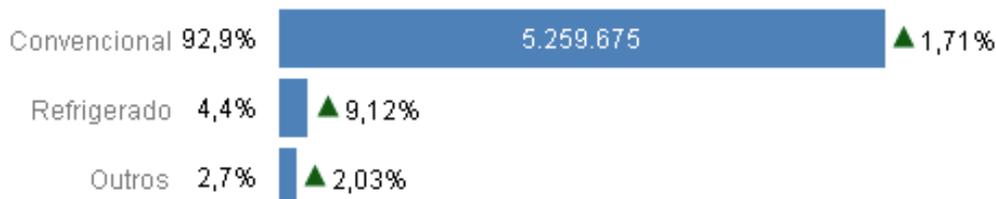
GR35 - Por Tamanho (2014)



GR36 - Cheios x Vazios (2014)

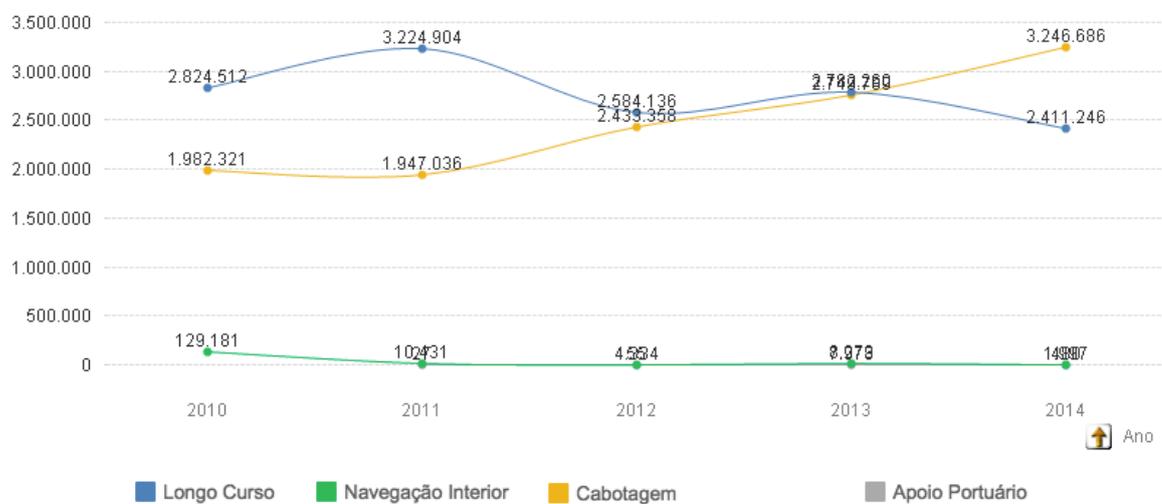


GR37 - Tipo de Contêineres (2014)



GR38 - Evolução por Tipo de Navegação

CAGR:13,5%



Fonte: ANTAQ



VI - COMENTÁRIOS FINAIS



COMENTÁRIOS FINAIS

*Por Marx Gabriel
Diretor e Consultor da MB Consultoria*

Crise, valores e atitudes

Apesar do Brasil e do Mundo gerarem assuntos negativos todo o tempo, ainda continua imbatível a liderança da “crise” como o mais falado e discutido no mundo empresarial. E não é para menos. Recentemente tivemos uma reunião do Copom onde apesar de termos a taxa de juros mantida, já temos perspectiva de aumento da mesma na próxima reunião, o que significa o agravamento da recessão. Acredito que, porém, o que mais assusta aos empresários, executivos e a todos nós, é a enorme incerteza deste momento. Não sabemos se o fundo do poço está perto, se ainda demora e se vamos conseguir em algum momento sair do poço.

E esta enorme incerteza tem uma consequência nefasta: a paralisia. Hoje temos o mundo produtivo, de forma geral em uma espécie de letargia completa, esperando que, por um milagre, a economia possa melhorar à curto e médio prazos. Sabemos que isso não vai acontecer. Todos os indicadores econômicos atuais e de tendências apontam para um 2016 (e 2017) com inflação alta (e taxa de juros) e recessão econômica, a perversa equação que petismo construiu.

Esta incerteza é legítima. Mas esta paralisia tem que findar. Uma crise política e econômica é terrível e causa desemprego, perda de riqueza, fechamento de empresas, etc. Mas há situações muito piores, como a guerra. Será que há algo mais incerto, inseguro e imponderável que viver num país em guerra? Pessoalmente acredito que não. E mesmo nas piores situações, a história nos mostra que as pessoas seguiram suas vidas. Hoje temos guerras no Oriente Médio, África e praticamente situações de conflitos armados em todos os recantos do planeta. Imagina se todos ficassem esperando melhorar esperando a paz para poder seguir. Na faixa de Gaza os comerciantes fecham e abrem seus negócios todo o tempo porque precisam sobreviver. Israel vive sob contínua ameaça e continua criando conhecimento, produzindo e vivendo. Na Síria, Líbia, Afeganistão a situação não é diferente.

As indústrias, comércio e serviço, funcionam, mesmo sob o pavor de mais uma bomba. Durante cem anos a Europa esteve envolvida numa guerra. De 1337 a 1453, Inglaterra e França estiveram em uma guerra que matou milhares dos seus cidadãos. Estamos falando de quase quatro gerações com seus países em guerra! E mesmo com este cenário de horror que a guerra mergulhou suas vidas, ingleses e franceses continuaram a empreender, produzir, trabalhar e gerar trabalho e riqueza.

A crise brasileira é seríssima. Mas ficar esperando que ela passe não vai salvar empresas e empregos.

Precisamos ter mais coragem e força emocional para acreditar que temos capacidade de sair deste buraco que nos colocaram. E a partir desta nova atitude, forte, firme e corajosa, unir nossas equipes para buscarmos encontrar soluções aonde todos só enxergam problemas. Precisamos de criatividade, força de vontade, trabalho e muita resiliência.

Estamos numa crise, não numa guerra, graças à Deus.



PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E ELABORAÇÃO

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO



www.mbconsultoria.com



CENTRO DA INDÚSTRIA DO
ESTADO DO AMAZONAS

